



Agrupamento de Escolas Leal da Câmara

Projeto Educativo

2022-2025

Aprovado em Conselho Geral de 26 /10/2022

PROJETO EDUCATIVO

2022–2025

«UNIR, ENVOLVER E AJUDAR A CONSTRUIR FUTUROS»

(Jorge Lemos, *Projeto de Intervenção*, abril de 2021)

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

José Saramago¹

¹ José Saramago, *Viagem a Portugal*, Companhia das Letras, 1981.



ÍNDICE

I.	Introdução.....	4
II.	A nossa Visão	8
III.	A nossa Missão	9
IV.	Caracterização e Diagnóstico.....	10
1.	O Meio – contexto geográfico e sociodemográfico.....	10
2.	O Agrupamento – contexto educativo	11
V.	Pontos fortes e áreas de melhoria prioritárias	26
VI.	Dimensões e objetivos do PE.....	29
VII.	Instrumentos de Operacionalização do Projeto Educativo	49
VIII.	Divulgação, acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo	50
1.	Divulgação.....	50
2.	Acompanhamento e Avaliação	50
IX.	Bibliografia	52
X.	Anexos.....	55
1.	Anexo A.....	55
2.	Anexo B	65



I. INTRODUÇÃO

*Porque a vida, a vida, a vida,
a vida só é possível
reinventada²*

Cecília Meireles

Este é o terceiro Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara (AELC), 10 anos depois de escolas com identidades e culturas diferentes terem aceitado o enorme desafio de se unirem e de se envolverem na construção de um projeto comum de Agrupamento.

O balanço que a comunidade educativa fez da construção e da implementação dos Projetos Educativos em vigor nestes dez anos, bem como da concretização dos Planos Anuais de Atividades que os operacionalizaram, é extraordinariamente positivo, mostrando, com clareza, que as metas e os objetivos traçados tiveram um grau de concretização muito bom.

Estas avaliações revelam que a comunidade educativa do AELC foi capaz de se respeitar, dirimir diferenças, criar laços, integrar orientações, envolver-se nos projetos e desenvolver o sentido de pertença à instituição, procurando, pouco a pouco, criar uma cultura de Agrupamento consistente, ainda que, naturalmente, mutável, e no respeito pelas identidades, pela história e pela cultura de cada uma das escolas agregadas.

O Projeto Educativo para 2022-2025 assume, assim, a enorme responsabilidade de continuar a desenvolver e a consolidar o caminho percorrido até aqui, o qual, embora se mantenha atual, sofre da incompletude própria de qualquer percurso.

Subjacente a este Projeto Educativo não está, portanto, uma ideia de criação ou de inovação, mas uma ideia de reinvenção. Assim sendo, este Projeto Educativo é, em grande parte, suportado na atualidade dos Projetos Educativos anteriores, nos vários documentos orientadores da ação educativa, com destaque, por serem documentos publicados recentemente, para o *Plano 21/23 Escola+*, cujas medidas se centram na recuperação e na melhoria das aprendizagens dos alunos, tendo como orientação sobretudo o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e nas *Aprendizagens Essenciais* das diferentes disciplinas, e para o Relatório publicado pela Organização das

² Cecília Meireles «Reinvenção», em Vaga Música, 1942.



Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em novembro de 2021, *Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação*.

Como não poderia deixar de ser também, é um Projeto Educativo alicerçado nas singularidades do tempo em que vivemos e na enorme diversidade e complexidade inerentes aos caminhos da educação de todos os tempos, mas que se adensam à medida que as sociedades se tornam mais plurais, mais exigentes, mais impermanentes e se acentua o carácter intercultural e global da Educação.

Desde logo, foi preciso ter em atenção o facto de o mundo ter vivido cerca de dois anos sufocado por uma pandemia (COVID-19) ainda não totalmente debelada, com tudo o que a ausência das aulas presenciais representou para muitos alunos relativamente ao retrocesso das aprendizagens e aos danos no seu bem-estar emocional e nas suas capacidades de socialização. Nada é capaz de substituir o encontro humano e a importância do diálogo, defendem António Sampaio da Nóvoa e tantos outros *experts* em educação, e a crua realidade mostra que, sobretudo na fase pandémica mais feroz, o encontro humano foi escasso, feito de máscaras e de medos, e a relação pedagógica foi demasiado mediada pelo digital.

Também por isso, segundo o já citado Relatório da Unesco, será essencial reforçar a ideia de que as escolas se devem, inequivocamente, constituir como espaços de convivialidade e de partilha, nos quais se avança trabalhando em conjunto, olhos nos olhos, mãos nas mãos. Só com este tipo de trabalho colaborativo, articulado, inter e pluridisciplinar serão possíveis as aprendizagens, a ressocialização e a apropriação de valores humanistas imprescindíveis ao exercício de uma cidadania responsável, comprometida com os exigentes desafios globais que as sociedades pós-modernas nos colocam a todos, com o seu modo de ser e de estar: desafios económicos, ambientais, culturais, tecnológicos, etc.

Como coadjuvante importante nesta preparação para a vida, existe a componente do currículo de Cidadania e Desenvolvimento, embora surjam cada vez mais vozes a questionar esta dimensão do currículo com o argumento de que a dimensão da cidadania/a dimensão do sentir não se pode apartar da dimensão das aprendizagens, tendo por base afirmações da neurociência. «Não se pode saber sem sentir», defende, por exemplo, o neurocientista português António Damásio³.

Ainda segundo o relatório da Unesco acima referido, este reforço do trabalho cooperativo a vários níveis exigirá, cada vez mais, um modelo de escola diferente do modelo tradicional – um espaço fechado, um único professor, o mesmo conjunto de alunos, o ensinar a todos da mesma maneira –, que pressupõe práticas pedagógicas diferenciadas e a abertura da sala de aula a outros espaços e a diferentes e variados atores dentro e fora dos muros da escola, em ligação com outras instituições culturais e científicas, de modo a que as aprendizagens resultem de um trabalho coletivo de reflexão e análise e sejam, por isso, mais consistentes e mais consentâneas com a pluralidade, a complexidade, a imprevisibilidade e as mudanças constantes do mundo atual.

Temos plena consciência de que este modelo de Escola aberto e virado para o exterior coloca grandes desafios ao nível da organização dos tempos e dos espaços escolares, ao nível da organização do

³António Damásio, *Sentir & Saber – A caminho da Consciência*, Editora Temas e Debates, 2020.



currículo, asfixiado pelo ritmo de um tempo letivo pré-definido e igual para todos, e ao nível da disponibilização de recursos, que nem sempre passam pelo digital, embora os recursos digitais sejam considerados os mais transformadores do futuro, sendo por isso sempre muito defendidos, como, aliás, tem acontecido com o Programa Escola Digital.

Não querendo desvalorizar os equipamentos e a capacitação tecnológica, muito pelo contrário, gostaríamos de relembrar aqui que os mesmos não se constituirão como a panaceia para todos os males da educação, transcrevendo uma ideia do insuspeito empresário fundador da Apple e criador do Macintosh, do iPod, do iPhone e do iPad: «O que não funciona na educação não se conserta com tecnologia. A quantidade de tecnologia não terá o mais pequeno impacte [...] Se pudesse, trocaria toda a minha tecnologia por uma tarde com Sócrates.»⁴

Mais importante do que a indispensável tecnologia será, decerto, a formação de professores, uma formação de professores que não obedeça a modas e que não reproduza modelos, mas sim que seja capaz de antecipar as necessidades de cada Escola e que tenha a capacidade de a transformar de acordo com o modelo mais adequado às necessidades dos alunos, à sua comunidade educativa e ao mundo em que vivemos. Uma escola para lá do espaço limitado e fechado das salas de aula, em que alunos e professores possam aceder ao conhecimento – que inclui, obviamente, o saber, o saber fazer e o sentir – juntos. Porque a verdade é que as escolas não conseguirão transformar-se sem o empenho e o trabalho dos professores, assim como os professores não serão capazes de se transformar sem o suporte da formação e sem alterações no tradicional modelo organizacional da Escola.

Os desafios que se leem neste texto não serão desafios fáceis, sobretudo para Agrupamentos como o nosso, que dá resposta a mais de 3000 alunos, num contexto geográfico onde a mobilidade demográfica tem sido constante, e que, apesar de ter a mais-valia da diversidade, sofre as dores e as frustrações da ausência de tempos e de espaços multifuncionais que permitam uma reconfiguração alargada e abrangente do modelo escolar existente, de modo a suportar e desenvolver a abertura preconizada. Ainda assim, queremos assumir, neste Projeto Educativo para 2022-2025, uma filosofia que dê suporte a este caminho, sejam quais forem as dificuldades que tenhamos que ultrapassar.

Poderemos começar a ultrapassá-las, primeiro, com a força de sonhar, de idealizar e de ser utópicos. Ao longo da história da humanidade, foi a utopia que alimentou a esperança da busca incessante tão própria da condição humana. «Se eu não morresse nunca! E eternamente buscasse e conseguisse a perfeição das cousas»⁵, disse Cesário Verde. Outros poetas, seres da utopia, como os caracterizou Eugénio de Andrade, disseram o mesmo das mais diferentes maneiras. Sem a Utopia, disse Eugénio de Andrade, «não há progresso»⁶. E muitos especialistas em educação disseram o mesmo relativamente à Educação. Paulo Freire, por exemplo, reiterou várias vezes a necessidade de se repensar a educação a partir da Utopia, para

⁴ Apud, L'Ecuyer, 2017.

⁵ Cesário Verde, «Sentimento dum Ocidental», em *O Livro de Cesário Verde*, 2016.

⁶ Eugénio de Andrade, Rosto Precário, 2015.



ressignificar a *praxis* educativa e ultrapassar a condição histórica determinista. Qualquer obra começa sempre por ser sonhada. «... o homem sonha e a obra nasce»⁷ (Fernando Pessoa).

Depois, junta-se o querer. Aquilo a que normalmente se chama motivação interior e que resulta da nossa vontade em agir para melhorar como pessoas, sem quaisquer recompensas exteriores, seguida da motivação transcendente, que é feita do sonho, de utopia e dos ideais de que acabámos de falar no parágrafo anterior, e se centra nas necessidades dos outros e no efeito das nossas ações sobre eles, dando sentido ao trabalho educativo, sempre projetado no desenvolvimento da missão da Escola assumida no Projeto Educativo.

Por último, junta-se o fazer. A ação, que começou há muito, continua com a elaboração do presente Projeto Educativo, que se constitui como uma viagem. Como uma viagem não iniciática, mas como uma viagem reinventada, assumindo as características próprias de qualquer viagem reinventada (quem volta aos lugares onde já esteve perceberá bem o que queremos dizer): menos novidade, talvez (embora não tenha de ser assim), mais experiência, mais conhecimento, mais atenção aos pormenores, abandono do que não nos acrescentou, repetição do que nos fez bem, recuperação de aspetos ignorados, descoberta de outros caminhos e sempre o sonho, a utopia, o ideal a pincelá-la com outras nuances. A Educação é, de facto, um processo contínuo e transformador! E a ação vai continuar com a concretização das orientações aqui espelhadas. É uma outra viagem, uma viagem ainda mais demorada do que a anterior e muito sujeita ao movimento das marés, como é pressuposto ser, porque não existem viagens apenas em linha reta.

O que esperamos desta viagem é que seja transformadora também e nos ajude a ir, paulatinamente, construindo, um Agrupamento de Escolas Leal da Câmara à medida das necessidades da sua comunidade educativa e do mundo em que estamos inseridos, respeitando a impermanência própria da Educação e da vida. «Chegar a cada instante pela primeira vez»⁸, ou seja, chegar a cada instante com o entusiasmo da primeira vez será, com certeza, determinante para o caminho.

⁷ Fernando Pessoa, «Mar Português», em *Mensagem*.

⁸ Apud, Maria Germana Tânger, *Vidas numa vida*, Manufactura, 2016.



II. A NOSSA VISÃO

O Agrupamento deve constituir-se como um espaço promotor de aprendizagens que favoreçam a competência, estimulem o sentido crítico, valorizem a diferença, o mérito e o saber e conduzam a formas de participação na escola e na sociedade, democráticas, ativas e responsáveis, promotoras de um desenvolvimento sustentável.



III. A NOSSA MISSÃO

Prestar um Ensino de qualidade, norteado por valores éticos de equidade, empatia, solidariedade e respeito pelo outro, promovendo o sucesso escolar e assumindo o compromisso com a formação integral dos alunos, de modo a garantir-lhes condições para a prossecução dos estudos, a integração plena na vida ativa e a vivência de uma cidadania responsável e atuante.



IV. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

1. O MEIO – CONTEXTO GEOGRÁFICO E SOCIODEMOGRÁFICO

Na caracterização do contexto geográfico e sociodemográfico, utilizaram-se os dados dos Censos de 2021, disponíveis em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

O Agrupamento de Escolas Leal da Câmara localiza-se na Freguesia de Rio de Mouro, no concelho de Sintra.

Inscrita na Área Metropolitana de Lisboa, a freguesia de Rio de Mouro apresenta limitações equivalentes às dos restantes dormitórios que circundam a cidade de Lisboa. Porém, ao longo dos anos, assistiu-se a uma transformação positiva em muitos dos espaços urbanos. Várias zonas foram ordenadas e requalificadas, e algumas outras evoluíram como zonas residenciais de notória qualidade.

Mais recentemente, tem-se assistido a uma deslocação de parte da população mais favorecida para outros concelhos. Ainda assim, Rio de Mouro mantém-se como zona suburbana bastante estável e consolidada, circunstância esta que importa valorizar.

Neste contexto bastante heterogéneo, a escola pública tem uma função integradora muito importante. O seu contributo para o desenvolvimento do sentido de pertença a uma comunidade e para a construção de referências sociais positivas, a partir do confronto de diferentes expectativas, apoia e promove um desenvolvimento local mais sustentado e harmonioso. Ao contextualizar o processo educativo, e sabendo tirar partido da diversidade social e cultural que a compõe, a escola pública aliará à função educativa esta outra função maior.

De acordo com os Censos de 2021, o concelho de Sintra, com 385 694 habitantes, é o segundo mais populoso do país, tendo crescido em termos demográficos 2,1%, entre 2011 e 2021. Por sua vez, a freguesia de Rio de Mouro é a segunda freguesia do concelho com mais população, com 49 493 habitantes, tendo tido um crescimento de 4,6% relativamente aos Censos de 2011.

A estrutura etária da freguesia apresenta uma grande proporção de população jovem, em parte devido a um crescimento natural positivo e a uma imigração que chegou a ser muito significativa na primeira década do século XXI, embora se tenha verificado um envelhecimento entre 2011 e 2021 (Censos 2021).

Relativamente às qualificações, a população residente em Rio de Mouro melhorou expressivamente os seus níveis de qualificação académica relativamente a 2011, tendo aumentado significativamente o número de indivíduos que possui ensino secundário ou ensino superior e diminuído os que possuem escolarizações mais baixas, de acordo com os Censos 2021.

Contudo, existem ainda 6657 indivíduos sem qualquer escolarização e 6665 com apenas o 1.º ciclo.

Na freguesia de Rio de Mouro dominam as famílias de reduzida dimensão. A grande maioria dos agregados familiares é constituída por menos de quatro elementos. Ainda de acordo com os Censos 2021, os agregados de menor dimensão aumentaram relativamente a 2011.



2.1 Caracterização do agrupamento

O serviço letivo prestado pelo AECL desenvolve-se da educação pré-escolar ao ensino secundário, em seis estabelecimentos: EB n.º 1 de Rio Mouro, EB n.º 2 de Rio Mouro, EB n.º 2 da Rinchoa, EB nº 2 da Serra das Minas, Escola Básica Padre Alberto Neto (EBPAN) e Escola Secundária Leal da Câmara (ESLC), sendo esta última a escola-sede do Agrupamento. Cada uma das unidades dista entre 0,2 km a 2,0 km da escola-sede, pelo que se verifica uma aceitável proximidade geográfica.

Dentro dos Recursos Organizacionais do Agrupamento, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) exerce as suas funções com o intuito de ajudar na implementação das respostas mais adequadas ao perfil de cada aluno, acompanhando também o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).

O AECL é Escola de Referência no Domínio da Visão (ERDV), encontrando-se, ainda, sediado na EBPAN, o Centro de Recursos TIC para a Educação Especial de Sintra (CRTIC Sintra), cuja área de abrangência integra os concelhos de Sintra, Cascais, Oeiras e Mafra.

O AECL tem focado os seus esforços na construção de uma matriz identitária forte e coesa, baseada, antes de mais, nas melhores práticas do anterior AERM PAN e da ESLC. Embora de formação recente, o Agrupamento tem dado passos significativos na construção de uma cultura organizacional própria, que tem vindo a ser enriquecida pelas dinâmicas entretanto geradas em resposta às novas necessidades de um serviço educativo que se pretende manter de qualidade.

A maioria dos dados a seguir apresentados reportam ao ano letivo de 2022/2023, e tomam como referência os dados fornecidos pela Plataforma E-360, os documentos emanados do Gabinete de Avaliação de Escola (GAE), bem como outros documentos respeitantes à organização e gestão internas.

2.2. Oferta educativa e formativa

O Agrupamento organiza a sua oferta educativa de acordo com o estabelecido pela rede escolar e em função de um conjunto de critérios próprios. Relativamente ao ensino diurno, o Agrupamento considera, entre outros aspetos:

- o número de turmas a constituir, face à capacidade das escolas;
- a disponibilidade de laboratórios e de outras instalações específicas;
- a necessidade de diversificação dos percursos formativos nos ensinos básico e secundário;
- a necessidade de resposta às expectativas e interesses da comunidade local, em articulação com as escolas do ensino básico da sua área de influência, no que se refere ao ensino secundário, e considerando a oferta formativa dos restantes agrupamentos.

Ao nível do ensino básico, as escolas do Agrupamento têm procurado diversificar a oferta formativa, nomeadamente com disciplinas de oferta de escola.

Do 5.º ano ao 12.º ano são também criadas matrizes curriculares adaptadas ao perfil de cada aluno com Adaptações Curriculares Significativas (ACS), que podem incluir disciplinas com frequência conjunta com a turma de referência e outras com frequência em pequeno grupo, incluindo estágios, a partir dos 15 anos, no âmbito do respetivo Plano Individual de Transição (PIT).



A oferta curricular relativa ao ensino secundário diurno inclui, no âmbito dos cursos científico-humanísticos, Cursos de Artes Visuais, Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades e, no âmbito dos cursos profissionais, Cursos de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores, Técnico de Multimédia, Técnico de Desporto e Técnico de Informação e Animação Turística.

Em relação ao ensino noturno, o Agrupamento estabelece a sua oferta formativa em função das necessidades e expectativas da comunidade local, incluindo a necessidade de resposta ao contrato de parceria que mantém com o Estabelecimento Prisional de Sintra. A oferta curricular integra Cursos de Educação e Formação de Adultos (Nível Básico: Certificação até ao 9.º ano, 1.º, 2.º e 3.º ciclos; Nível Secundário: Certificação do 12.º ano), Português Língua de Acolhimento (PLA) e formação modular de Inglês. Foram ainda constituídas duas turmas de Formações Modulares e duas turmas de cursos EFA-Secundário, no âmbito da parceria com o Estabelecimento Prisional de Sintra, que funcionam no referido estabelecimento.

O Agrupamento disponibiliza aos seus alunos uma vasta oferta educativa extracurricular, assegurada por um conjunto diverso de atividades: de enriquecimento curricular (AEC), organizadas para o 1.º ciclo do ensino básico, e núcleos, projetos, clubes, bem como outras iniciativas destinadas aos diferentes ciclos, no domínio desportivo, cultural, social e artístico. Sublinha-se o facto de a comunidade reconhecer a importante função destas atividades na formação pessoal e social dos alunos, bem como no respetivo processo de integração escolar.

2.3. Recursos de acompanhamento e orientação escolar

Centro de Apoio à Aprendizagem

O AELC possui o Centro de Apoio à Aprendizagem – estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola –, a partir do qual, e em conjunto com os outros serviços de apoio disponibilizados, procura proporcionar formas adequadas de acompanhamento e orientação escolar, promovendo e apoiando a integração dos alunos na vida escolar e na vida pós-escolar. Neste contexto, distinguem-se:

- Serviços Especializados da Educação Especial (ERDV, SEE, Projeto para ACS) e o CRTIC Sintra.
- Estruturas Pedagógicas de Apoio, que integram a Biblioteca Escolar, as Salas de Estudo e o Apoio Pedagógico, projetos e atividades de complemento curricular e extracurricular e o Desporto Escolar;
- O Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA), que integra a Provedoria do Aluno, a Tutoria, a equipa da Ação Social e o Programa de Educação para a Saúde (PES) e o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO).

Bibliotecas

Cada escola do AELC dispõe de uma Biblioteca Escolar (BE), a qual constitui um espaço pedagógico que visa facultar aos alunos e professores e à comunidade escolar o acesso à informação, educação, cultura e lazer, disponibilizando recursos humanos, documentos de diferentes tipos e suportes, equipamentos e um conjunto de serviços e atividades adequadas ao perfil e necessidades dos seus utilizadores.

As BE de todas as escolas do Agrupamento estão integradas na Rede das Bibliotecas Escolares (RBE) e desenvolvem a sua atividade de acordo com as orientações do Programa da RBE e em coerência com o Projeto Educativo e o Plano Anual de Atividades.



Desporto Escolar

O Desporto Escolar (DE) visa a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis, constituindo-se como um instrumento de grande utilidade e eficácia no combate ao insucesso e abandono escolares e na promoção da inclusão. O Clube do Desporto Escolar – unidade organizativa que serve de suporte ao desenvolvimento e execução do DE – é uma das áreas de referência do Agrupamento, encontrando-se em funcionamentos no ano letivo de 2022/23, cerca de 18 grupos-equipa (14 modalidades desportivas). Adicionalmente, no âmbito da atividade interna, são ainda disponibilizadas atividades físicas e desportivas diversificadas e que incluem a comunidade educativa.

Alunos

Número de alunos e de turmas

Em 2022/2023, estavam inscritos no AECL 3587 alunos, incluindo a educação pré-escolar e o ensino noturno, assim distribuídos:

	N.º Alunos
E. Pré-Escolar	221
1.º ciclo	837
2.º/3.º ciclo	927
E. Secundário - CCH	974
Cursos Profissionais	333
EFAS, PLA/PFOL e FMI	295
Total	3587

Fonte: E-360, set. 2022 (início do ano letivo)

Em 2022/2023, foram constituídas 153 turmas no total, assim distribuídas:

a. Jardim de Infância e 1.º Ciclo

	ERM1		ERM2		ER2		ESM2		Total alunos	Total Turmas
	N.º turmas	N.º alunos								
JI	2	40	2	40	3	60	4	81	221	11
1º ANO	2	40	1	20	2	40	4	88	188	9
2º ANO	2	41	2	48	2	44	4	89	222	10
3º ANO	2	44	2	44	2	88	4	80	256	10
4º ANO	2	40	1	21	2	44	3	66	171	8
Total	10	205	8	173	11	276	19	403	1058	48

Fonte: E-360, set. 2022 (início do ano letivo)

**b. 2.º e 3.º Ciclos**

	EBPAN	
	N.º turmas	N.º alunos
5º ANO	8	178
6º ANO	7	167
7º ANO	9	210
8ºANO	8	186
9º ANO	8	186
Total	40	927

Fonte: E-360, set. 2022 (início do ano letivo)

c. Secundário, Ensino Profissional e Ensino Noturno

	ESLC	
	N.º turmas	N.º alunos
CCH		
10.ºANO	12	335
11.º ANO	13	354
12.º ANO	11	285
Subtotal	36	974
C. PROFISSIONAIS		
ANO 1	5	123
ANO 2	5	102
ANO 3	5	108
Subtotal	15	333
ENSINO NOTURNO		
EFA Básico	4	85
EFA Secundário	3	74
PLA	4	80
F. Modular - Inglês	1	26
EPS – EFA Sec.	2	30
Subtotal	14	295
Totais	65	1602

Fonte: E-360, set. 2022 (início do ano letivo)

Relativamente ao triénio 2018-2021, o número de turmas variou pouco, assim como o número total de alunos. O aumento do número de alunos por turma tem sido considerado excessivo pelos docentes, em particular nas turmas com insucesso escolar elevado, ou nos casos em que a dimensão da turma, aliada à exiguidade e falta de condições da sala de aula, potencia as situações de indisciplina. A ocupação das salas de aula a 100% limita algumas das estratégias e atividades que poderiam ser pertinentes no combate ao insucesso escolar.



Certificados de mérito

O agrupamento reconhece todos os anos o mérito dos seus alunos, quer daqueles que revelam atitudes exemplares ou obtêm muito bons resultados escolares, quer dos que produzem trabalhos de superior qualidade ou se distinguem em atividades em representação da escola. O número de certificados de mérito pode ver-se nos quadros seguintes:

a. 2.º e 3.º Ciclos

EBPAN	Certificados de mérito atribuídos							
	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	Excelência	Valor	(a)	(b)
5.º ANO	6	0	1	15	4	19	0	19
6.º ANO	14	3	3	13	0	22	0	14
7.º ANO	9	2	3	19	0	18	0	11
8.º ANO	12	17	1	15	0	20	3	16
9.º ANO	19	5	7	16	15	16	4	21
Total	60	27	15	78	19	95	7	81

- a) Revelem atitudes exemplares
- b) Obtenham muito bons resultados escolares

b. Ensino secundário

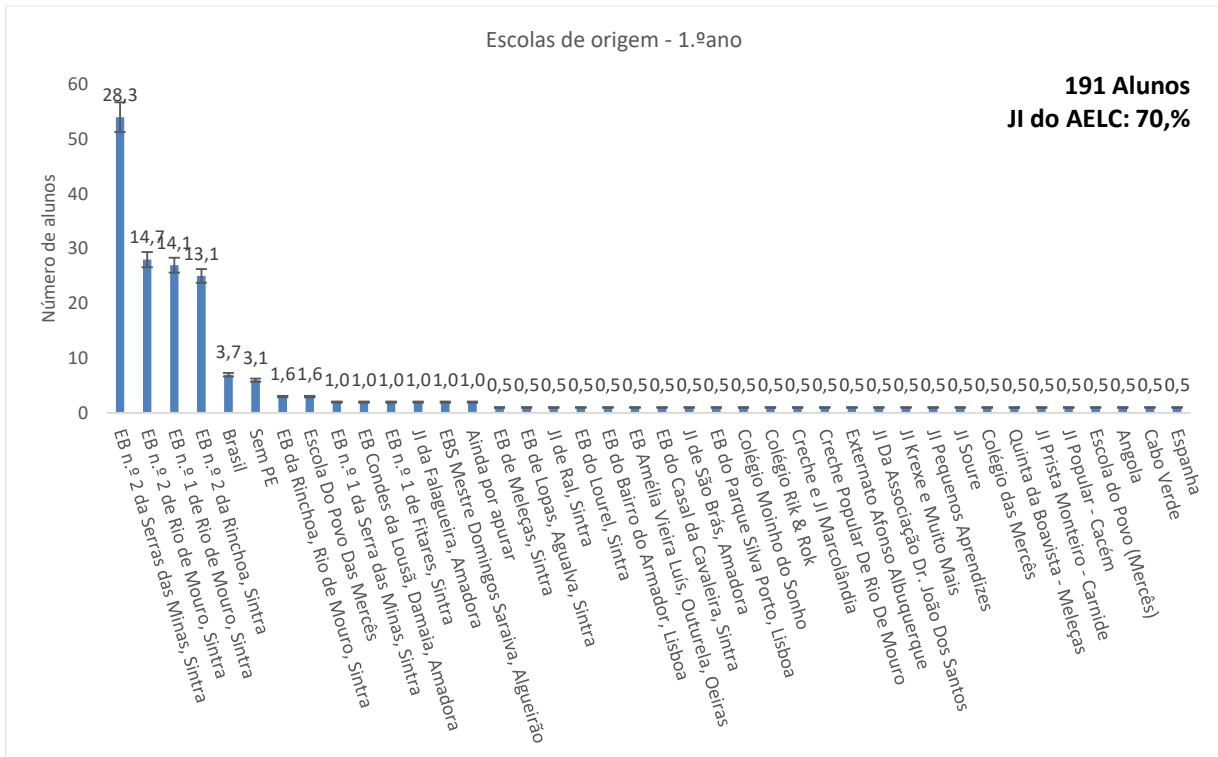
ESLC	Certificados de mérito atribuídos				
	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
alínea a)	17	5	53	46	58
alínea b)	18	54	52	79	88
alínea c)	0	33	0	3	7
alínea d)	62	68	58	18	38
Total	97	160	163	146	191

- a) Revelem atitudes exemplares
- b) Obtenham muito bons resultados escolares
- c) Produzam trabalhos de superior qualidade
- d) Se distingam em atividades em representação da escola

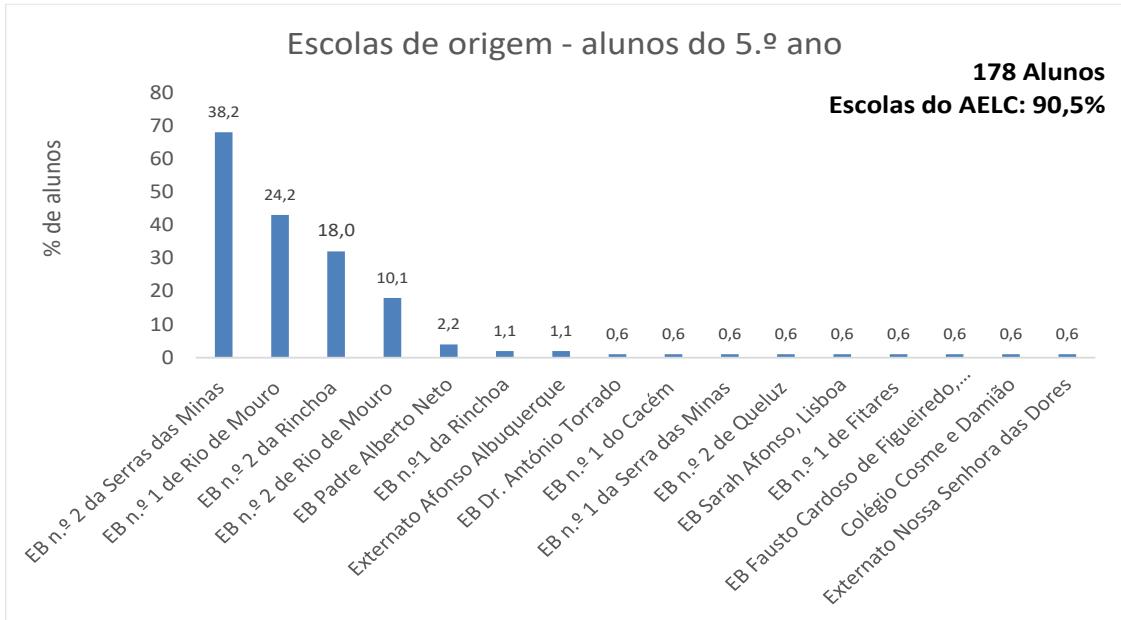


Escolas de origem dos alunos

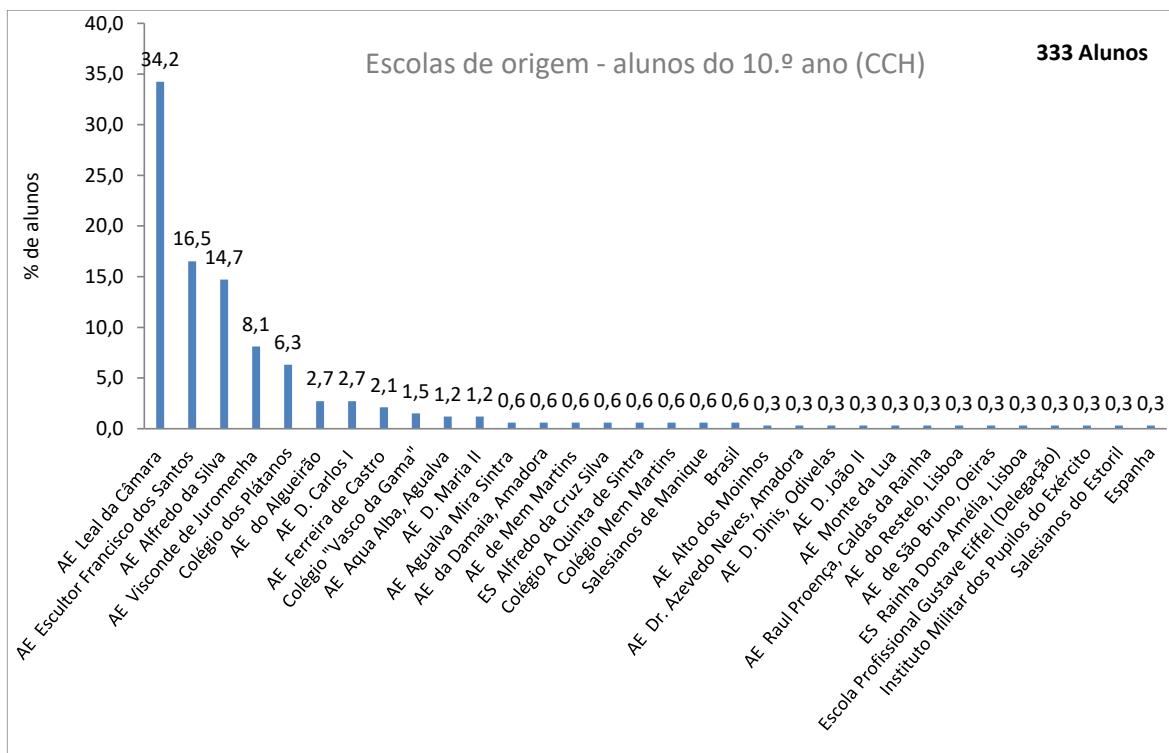
No ano letivo 2022-23, a maioria dos alunos no início de ciclo tem origem em escolas do agrupamento, como se pode ver pelos gráficos seguintes:



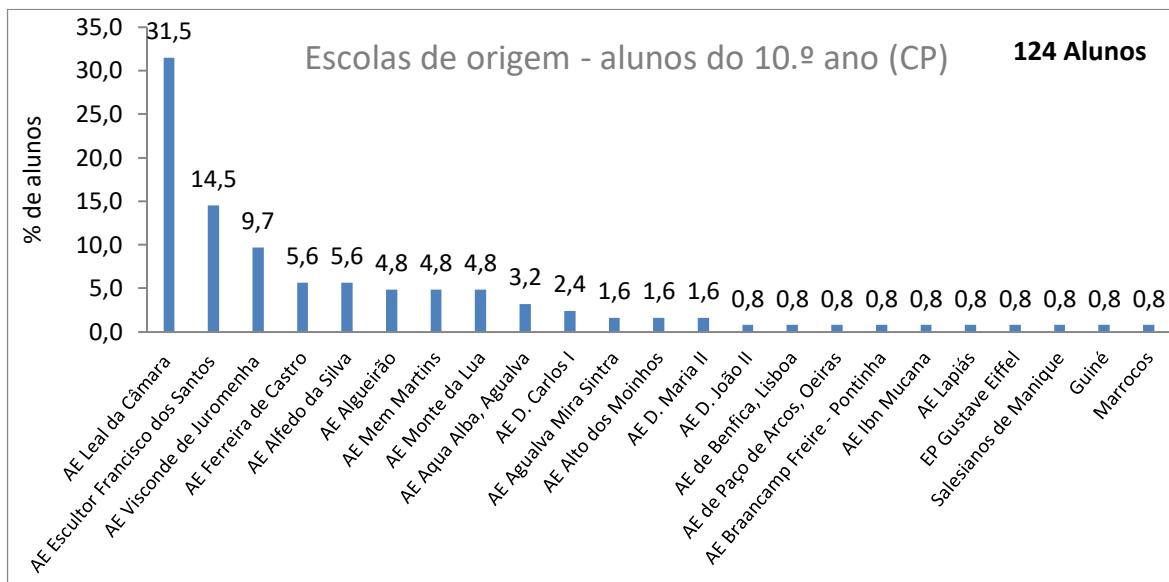
Fonte: Portal das Matrículas/ Secretaria (29/09/2022)



Fonte: Portal das Matrículas/ Secretaria (29/09/2022)



Fonte: Portal das Matrículas/ Secretaria (29/09/2022)



Fonte: Portal das Matrículas/ Secretaria (29/09/2022)



Nacionalidade dos alunos

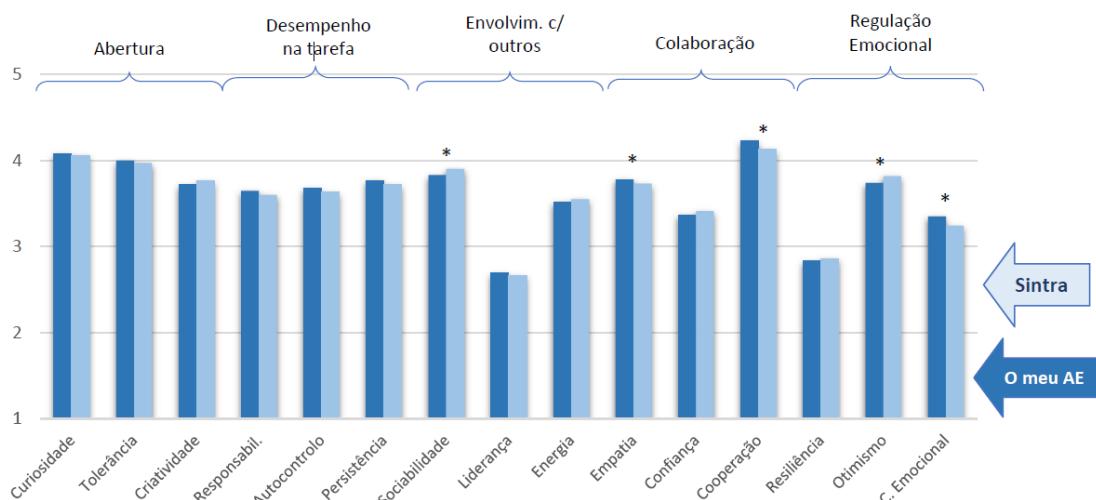
A maioria dos alunos matriculados no ano letivo 2022-23 é de nacionalidade portuguesa, havendo contudo 15,7% de outras nacionalidades, uma vez que, entre estas, as mais comuns são a nacionalidade brasileira, a angolana, a cabo-verdiana e a guineense, como se pode ver pelo gráfico seguinte:



Competências Sociais e Emocionais

O agrupamento participou no Estudo sobre Competências Sociais e Emocionais da OCDE, realizado nos anos letivos de 2018-2019 e de 2019-2020 nas escolas do concelho de Sintra, e noutras 10 cidades espalhadas pelo mundo, e cujos resultados permitem conhecer melhor as Competências Sociais e Emocionais dos alunos do AELC.

De acordo com os resultados deste estudo, os alunos do AELC apresentam um desempenho acima da média concelhia nas seguintes competências: Curiosidade, Tolerância, Responsabilidade, Auto controlo, Persistência, Liderança, Empatia, Cooperação e Controlo Emocional, e abaixo da média nas seguintes competências: Criatividade, Sociabilidade, Energia, Confiança, Resiliência, e Otimismo, como transparece do gráfico seguinte:



Competências Sociais e Emocionais dos alunos do AELC.



Este estudo parece ainda indicar que, no nosso agrupamento, os alunos de 15 anos que participam em atividades extracurriculares desportivas indicam competências sociais e emocionais mais elevadas. O mesmo se verifica, em menor dimensão, para atividades artísticas.

Ação Social Escolar

No âmbito da Ação Social Escolar, o número de alunos apoiados em 2022/2023 ultrapassava um milhar, sendo 589 do escalão A e 470 do escalão B. No ano letivo 2021-22, foi atribuída bolsa de mérito a 86 alunos do ensino secundário. Estes dados refletem o elevado número de famílias carenciadas.

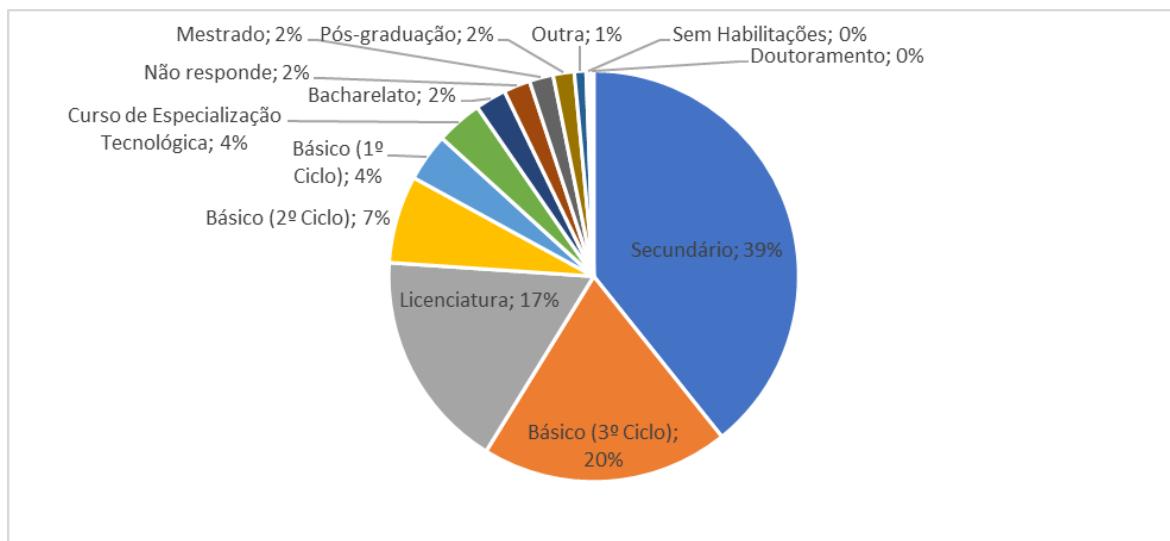
Alunos com medidas seletivas e adicionais

Quanto ao número de alunos com Medidas Seletivas, o seu número totalizava, no início do ano letivo 2022/23, 265 alunos, assim distribuídos: 26 na educação pré-escolar, 64 no 1.º ciclo, 43 no 2.º ciclo, 64 no 3.º ciclo e 68 no ensino secundário. Dos 265 alunos com medidas seletivas, 50 alunos beneficiam ainda de medidas adicionais.

Encarregados de Educação

As mães constituem a vasta maioria dos encarregados de educação dos alunos (77,9%), seguidos dos pais (15,4%). O próprio, outros familiares ou tutores e outros têm uma ocorrência reduzida (todos com percentagens inferiores a 2,2%).

Quanto às habilitações literárias dos pais, a maioria tem o ensino secundário (39%), seguido do 3.º ciclo (20%), licenciatura (17%) e 2.º ciclo (7%). Pode verificar-se que as habilitações literárias melhoraram significativamente relativamente ao diagnóstico obtido quando do último Projeto Educativo.



Fonte: E360 (29/09/2022)

As Associações de Pais e Encarregados de Educação são bastante dinâmicas, colaborando com a Escola/Agrupamento em diferentes circunstâncias e desenvolvendo algumas atividades por iniciativa própria.



Professores e técnicos especializados

Em 2022/23 encontram-se 334 docentes em efetividade de funções no Agrupamento, 2 psicólogos e 6 técnicos especializados (2 educadores sociais e 1 técnico de serviço social no âmbito do programa TEIP, e 1 animador sociocultural atribuído no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário).

Tem-se verificado uma tendência para a diminuição da estabilidade do corpo docente, fenómeno que afeta todos os grupos e níveis de ensino. Esta tendência não favorece o desenvolvimento de práticas continuadas, podendo mesmo prejudicar projetos mais dependentes da continuidade pedagógica, como, por exemplo, os desenvolvidos no âmbito das direções de turma. Contudo, o conhecimento que os docentes do quadro têm do meio em que a Escola se integra, o seu nível de comprometimento com a instituição e a qualidade do relacionamento pedagógico que, em geral, estabelecem com os alunos têm sido uma mais-valia na prossecução de finalidades educativas importantes, bem como na transmissão de linhas de atuação orientadoras junto dos novos professores.

Simultaneamente verificam-se dificuldades crescentes na contratação de docentes, o que impede o desenvolvimento do currículo e a diversificação da oferta formativa.

Assistentes operacionais e assistentes técnicos

Em 2022/23, exercem funções no Agrupamento 113 assistentes operacionais e 13 assistentes técnicos.

Recursos materiais

Dada a antiguidade das diferentes escolas que compõem o agrupamento, a manutenção dos espaços escolares (áreas edificadas e espaços exteriores) tem sido uma preocupação permanente. Nos últimos anos têm sido realizadas diversas intervenções (substituição de estores e janelas, substituição de blocos climatizados por novos blocos, pintura exterior de paredes e de algumas salas/oficinas, recuperação de pavimentos, manutenção do mobiliário escolar, etc.), procurando evitar que as condições de trabalho e vivência do espaço escolar se degradem. Porém, subsistem ainda vários problemas que necessitam de uma intervenção urgente e estrutural, em particular nos espaços interiores.

As TIC têm desempenhado um papel central na dinâmica organizacional do Agrupamento. Todos os serviços prestados (bibliotecas, secretaria, vencimentos, gestão de faltas dos alunos, etc.) estão informatizados e funcionam com eficiência, ao nível do Agrupamento. Contudo, no que respeita à integração/utilização das TIC na sala de aula, continua a ser necessário investir na utilização do computador e dos meios digitais em sala de aula. Por outro lado, o parque informático do AEELC, sobretudo ao nível de equipamentos (computadores e projetores nas salas de aula) precisa urgentemente de renovação, aguardando-se a concretização das medidas do Plano de Transição Digital. Importa também um reforço da implementação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital do Agrupamento, nos âmbitos organizacional, pedagógico e tecnológico. Nas escolas do 1.º ciclo é também urgente uma renovação da rede de internet.

Recursos financeiros

O Agrupamento procura gerir de forma adequada os recursos financeiros, privilegiando a aquisição de equipamentos e materiais necessários à realização das atividades de caráter pedagógico.

As despesas do Agrupamento são suportadas financeiramente pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), pelo Orçamento Privativo (OP) e pela autarquia, no âmbito da transferência de competências.



As transferências do OGE têm ficado aquém das propostas apresentadas pelo Agrupamento, e o OP tem também vindo a diminuir progressivamente, pelo que as receitas são manifestamente insuficientes para as despesas ainda a cargo do agrupamento, nomeadamente a aquisição de materiais pedagógicos, equipamento/recursos, manutenção dos equipamentos informáticos e reprografia. Assim, o Agrupamento procura apoiar-se noutras verbas por si geradas, decorrentes de lucros do bufete e da papelaria, ou mediante a apresentação de projetos da iniciativa de elementos da comunidade escolar e a apresentação de candidaturas a concursos e projetos na área da educação, nomeadamente o PAQUE, o TEIP, Erasmus, Ciência Viva, Rede de Bibliotecas Escolares, Plano Nacional de Leitura, etc.

Ambiente educativo

Vive-se nas escolas do Agrupamento um ambiente escolar seguro e socialmente acolhedor e inclusivo, fruto do acompanhamento proporcionado aos alunos, e que tem permitido ultrapassar ou minorar os constrangimentos que todos os dias se colocam à ação educativa. Este clima favorece o trabalho em conjunto, a troca e a partilha de experiências e de recursos pedagógicos, abrindo ainda espaço para a reflexão sobre as práticas letivas.

Neste âmbito, deverá continuar a investir-se na criação de estratégias que possibilitem o conhecimento mútuo da realidade e do trabalho que se faz em cada escola, de modo a haver uma maior articulação de procedimentos, estratégias e práticas entre escolas e entre ciclos.

Procedimentos de autoavaliação

O AELC apresenta uma forte cultura de autoavaliação, concretizada em procedimentos metódicos, regulares e abrangentes. Através do Gabinete de Avaliação de Escola e em colaboração com a equipa de apoio à operacionalização do Plano Plurianual de Melhoria, foram implementados procedimentos de recolha, análise e tratamento de dados e aplicação de diferentes instrumentos. Salientam-se, a última Autoavaliação assente na CAF (2017), o Observatório Pedagógico (2019), os Relatórios de Resultados Internos e Externos, bem como o Relatório de Resultados Académicos e Sociais decorrente dos procedimentos preparatórios para a Avaliação Externa das Escolas (2020). Os dados obtidos a partir destes procedimentos constituíram-se como os principais instrumentos de avaliação do Projeto Educativo anterior e de diagnóstico no processo de elaboração do presente PE.

Sucesso escolar

A partir dos diferentes momentos de autoavaliação que são regularmente desenvolvidos, constata-se que o sucesso escolar no Agrupamento apresenta um conjunto importante de resultados positivos, quer quantitativos, quer qualitativos, que importa continuar a garantir. Ainda assim, a melhoria das taxas de frequência e conclusão dos ciclos de ensino/cursos nos períodos regulamentares, bem como a melhoria de índices de sucesso e de excelência em todos os níveis de ensino, mantêm-se como prioritárias.



Relativamente às **taxas de transição/aprovação/conclusão** por ciclo de ensino, registaram-se os seguintes valores no último quadriénio:

		Ano letivo 2018/2019	Ano letivo 2019/2020	Ano letivo 2020/2021	Ano letivo 2021/2022
1.º ciclo	4.º ano	96,8%	96,3%	97,1%	99,0%
2.º ciclo	5.º ano	91,2%	99,0%	100%	100,0%
	6.º ano	95,5%	99,4%	97,9%	96,3%
3.º ciclo	7.º ano	93,2%	97,2%	93,6%	96,8%
	8.º ano	93,5%	99,3%	92,8%	95,6%
	9.º ano	92,2%	97,4%	99,4%	89,9% ²
Secundário	10.º ano	86,97%	88,8%	82,3%	87,7%
	11.º ano	90,45%	94,1	92,8% ¹	91,8% ²
	12.º ano	69,9%	82,7%	82,6% ¹	84,4% ²

¹ Dados recolhidos em julho de 2021, antes de exame

² Dados recolhidos em julho de 2022, antes de exame

Ensino profissional:

Nº Alunos do ciclo inscritos 3.ºano - 2019/2020

Média FCT	Alunos insc. realiz. FCT	Nº de empresas	Valor médio PAP (INS)	Insc. Realiz. PAP[%]	Alunos que terminaram Curso	Valor médio Curso	Alunos que terminaram Curso [%]	
EAC	14,80	93,80	11	13,40	93,80	14	13,00	87,50
GPSI	14,00	95,50	10	15,00	95,50	19	14,00	86,40
MULT	15,40	100,00	7	14,00	100,00	18	13,94	81,80
DESP	15,00	96,40	12	15,20	78,60	22	14,20	78,60
TOTAL		96,60	40		90,90	73		83,00

Fonte: Coordenação dos Cursos Profissionais

Nº Alunos do ciclo inscritos 3.ºano - 2020/2021

Média FCT	Alunos insc. realiz. FCT [%]	Nº de empresas	Valor médio PAP (INS)	Insc. Realiz. PAP [%]	Alunos que terminaram Curso	Valor médio Curso	Alunos que terminaram Curso [%]	
EAC	17,20	100,00	11	14,30	94,10	11	14,72	64,70
GPSI	16,00	100,00	9	15,00	100,00	11	14,00	73,30
MULT	16,68	86,40	13	13,48	95,50	19	14,16	86,40
DESP	17,30	93,30	10	16,40	90,00	27	14,80	90,00
TOTAL		94,00	43		94,00	68		81,00

Fonte: Coordenação dos Cursos Profissionais



Quanto aos resultados obtidos pelos alunos do **ensino secundário** (cursos científico-humanísticos) nos exames nacionais registaram-se os seguintes valores:

Quadro Resumo – Valores Médios, por Exame do Ensino Secundário em 2019/20 e 2020/21 e 2021/22 (1.ª e 2.ª fases).

	V. Médio 1.ª Fase						V. Médio 2.ª Fase					
	2022		2021		2020		2022		2021		2020	
	CE	Nº provas	CE	Nº provas	CE	Nº provas	CE	Nº provas	CE	Nº provas	CE	Nº provas
Alemão	16,4	1	18,8	2	14,9	2	10,1	1	-	0	-	0
História A	13,0	42	12,4	47	12,9	48	10,8	13	11,7	15	11,1	6
Matemática A	9,6	146	7,6	182	11,7	192	9,1	65	7,6	77	10,9	64
Português	11,1	154	11,6	183	11,5	206	12,1	55	10,8	40	9,7	45
Biol. e Geo.	10,7	161	11,1	160	13,3	197	10,6	52	10,0	52	10,9	50
Desenho A	10,3	9	16,6	11	13,9	20	13,1	3	13,1	2	14,1	2
G. Desc. A	13,7	22	9,8	26	11,8	41	9,8	6	7,7	6	8,9	11
Economia A	11,6	63	11,6	72	12,5	76	13,7	21	11,0	15	13,4	19
Filosofia	7,9	28	11,4	32	11,3	48	9,8	4	12,1	7	10,2	10
Fís. e Quí. A	10,6	134	8,3	138	12,0	203	9,6	37	7,9	39	8,7	43
Geografia A	10,1	43	11,2	50	14,0	68	9,9	14	11,3	7	13,2	8
H. da Cul. Artes	13,4	21	12,2	20	13,1	21	12,7	7	11,9	5	8,7	3
Latim A	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Lit. Port.	10,5	4	14,3	3	14,5	4	8,9	2	-	0	-	0
Matemática B	7,3	11	7,8	10	9,8	15	10,6	3	9,8	4	6,3	6
Mat. Apl. C. Soc.	9,9	13	11,2	25	8,3	40	9,5	1	7,8	6	8,5	13
PLNM	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	13,3	1
Inglês	15,2	34	12,9	20	11,2	19	0,8	1	13,8	5	6,6	2
Espanhol (Inic)	-	0	16,5	1	17,1	1	-	0	-	0	-	0

Fonte: JNE (29/09/2022)



Acesso ao ensino superior

	2018/2019		2019/2020		2020/2021		2021/2022	
	1.ª fase	2.ª fase						
N.º de alunos que apresentaram candidatura	221	101	262	118	287	135	259	93
N.º de alunos que ingressaram no Ensino Superior	161	44	172	33	177	53	176	37
Percentagem de alunos que ingressaram	72,85%	43,56%	65,65%	27,97%	61,67%	39,26%	67,95%	39,78%

Fonte: ENES (29/09/2022)

Relação com a comunidade

O Agrupamento atribui particular atenção ao modo como se relaciona com a comunidade local, quer na forma como procura adequar o serviço educativo prestado aos seus interesses e necessidades, quer no propósito de disponibilizar e prestar outros serviços que estejam ao seu alcance.

Ao longo dos anos, as escolas do Agrupamento têm visto o seu trabalho reconhecido e acarinhado pela comunidade local. Parceiros de longa data em muitas iniciativas, mas também em momentos de dificuldade, cada escola do Agrupamento tem podido contar com o apoio das famílias, das mais diversas instituições e da autarquia (JFRM e CMS). Enquanto Agrupamento, o AEELC mantém o firme propósito de assegurar um serviço educativo de qualidade e de contribuir para o desenvolvimento social e cultural da comunidade. Neste sentido, mas também como forma de viabilizar novas iniciativas que conduzam à melhoria do sucesso escolar dos seus alunos, o Agrupamento espera poder continuar a dispor das parcerias existentes, tendo a capacidade de estabelecer novos acordos em função de novas metas.

Atualmente, o Agrupamento tem acordos e protocolos com instituições de ensino, empresas e associações (culturais, sociais e desportivas).

As respostas da comunidade educativa aos questionários aplicados, no âmbito da avaliação externa, evidenciam um elevado nível de satisfação relativamente ao serviço prestado pelo Agrupamento. Diversas iniciativas locais concorrem para o desenvolvimento da comunidade, como por exemplo, os projetos Sintra ES+, Orienta.Te, Assembleia Municipal Jovem, Mostra de Teatro das Escolas de Sintra, Okupa e Orquestra Escolar.

Nível de concretização dos objetivos do Projeto Educativo anterior

Objetivos com mais atividades nos últimos 3 anos (mais de 400 atividades inscritas nos Planos Anuais de Atividades):

D1.7. Estimular o pensamento crítico e criativo dos alunos e a sua expressão individual e coletiva. (558 atividades)



D1.4. Valorizar as aprendizagens dos alunos. (520 atividades)

D2.3. Promover atitudes positivas face ao meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e interdependente. (459 atividades)

D1.3. Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem. (406 atividades)

Objetivos com menos atividades nos últimos 3 anos (menos de 50 atividades).

D2.7. Promover ações que preparem a comunidade escolar para reagir em situações de emergência (1 atividade)

D3.5. Promover ações que contribuam para a melhoria do desempenho do pessoal não docente. (9 atividades)

D3.7. Promover a requalificação dos equipamentos e dos espaços escolares. (10 atividades)

D3.2. Promover e apoiar a atualização científica e pedagógica dos professores. (11 atividades)

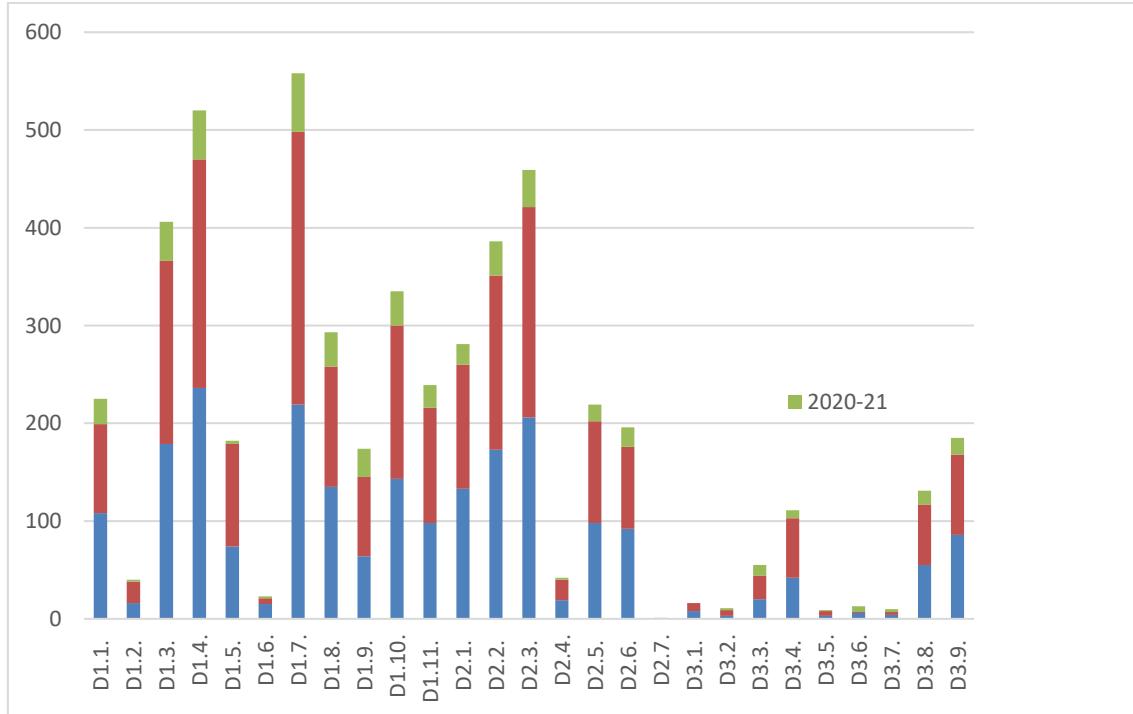
D3.6. Promover e apoiar a integração das TIC na prática profissional. (13 atividades)

D3.1. Desenvolver uma cultura de liderança mobilizadora dos recursos e das estratégias necessárias à concretização do Projeto Educativo (16 atividades)

D1.6. Melhorar o acompanhamento e a supervisão da prática letiva. (23 atividades)

D1.2. Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos. (40 atividades)

D2.4. Prevenir a indisciplina, a insegurança e a violência nos recintos escolares e nas suas imediações. (42 atividades)



Objetivos do Projeto Educativo com maior número de atividades (+ de 400 atividades) por ano letivo.



V. PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA PRIORITÁRIAS

A partir dos dados recolhidos em diferentes momentos de autoavaliação e de avaliação externa, do confronto das diferentes expectativas com os resultados obtidos, bem como das representações e percepções transmitidas pelas estruturas e órgãos de coordenação, foi possível fazer-se uma análise global da prestação do Agrupamento, identificando os principais pontos favoráveis e os aspetos críticos.

Dos instrumentos de avaliação utilizados, destacam-se, pela sua relevância e abrangência, o processo de autoavaliação CAF (2017) e o Observatório Pedagógico (2020), a avaliação externa realizada em fevereiro de 2020 e os processos de avaliação desenvolvidos no contexto do Programa TEIP, donde se destacam os seguintes pontos fortes, áreas de melhoria e oportunidades e constrangimentos a considerar:

Pontos Fortes
O Projeto Educativo do AEJC expressa com clareza a visão, a missão e os valores da instituição, visando a consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
O Plano Anual de Atividades, o Plano de Articulação Curricular e o Plano Plurianual de Melhoria (TEIP) constituem instrumentos de união e evidenciam coerência com os objetivos estratégicos e as metas definidas no Projeto Educativo, constituindo orientações agregadoras para a operacionalização das respetivas opções de natureza pedagógica e organizacional.
Os projetos e as atividades do Plano Anual de Atividades contemplam, de modo articulado, as diferentes áreas curriculares.
Os projetos desenvolvidos pela biblioteca escolar, bem como o conjunto variado de atividades culturais promovidas (exposições, palestras, sessões de poesia, concursos, ciclos de cinema, entre outros).
A forte cultura de autoavaliação, concretizada em procedimentos metódicos, regulares e abrangentes, coordenados por equipas que garantem a sustentabilidade dos diversos processos avaliativos.
A divulgação e a discussão alargadas das práticas desenvolvidas, motivando a conceção e a implementação de ações orientadas para a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, bem como para o acompanhamento socioescolar e a inclusão das crianças e dos alunos
A forte liderança de topo e uma gestão eficaz do trabalho desenvolvido.
A valorização das lideranças intermédias para exercerem as suas competências com autonomia e responsabilidade, em coerência com as orientações estruturantes.
A relação entre os alunos, o apoio dado aos mesmos pelos assistentes operacionais e a satisfação com os serviços prestados na sua escola (secretaria, papelaria, reprografia).
As associações de pais/encarregados de educação como parceiras ativas no processo educativo.
Relação entre o pessoal não docente e os professores/educadores da escola.
As parcerias e os protocolos firmados com a comunidade, que têm reflexos muito positivos no desenvolvimento de projetos, na contextualização do currículo, na mobilização de recursos e na manutenção de equipamentos – outros agrupamentos, instituições de formação, autarquias, coletividades, instituições de ensino superior e empresas (formação, estágios).
A realização das Jornadas Pedagógicas para partilha de práticas de referência e de workshops de capacitação orientados para as necessidades do Agrupamento.
A multiplicidade dos canais de comunicação adotados, com realce para a página da <i>internet</i> e para o correio eletrónico institucional, que viabilizam a divulgação eficaz e fluida de informações e de documentos que enquadram o funcionamento das atividades letivas, junto da comunidade escolar.



Criação de momentos comuns, contemplados no horário dos docentes, para realização de trabalho colaborativo, momentos de partilha e trocas de experiência.

A promoção da educação para a cidadania e do desenvolvimento pessoal e emocional, de crianças e jovens, através de uma estratégia transversal que abrange o currículo e numerosos projetos.

A diversidade da oferta educativa e formativa, que atende às características e necessidades de alunos, formandos e comunidade educativa.

Articulação das várias valências – PES, SPO, Ação Social, Tutorias – do Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA), em resposta às necessidades dos alunos com dificuldades, à supressão de carências básicas e à superação das situações de abandono e desistência.

Diversidade dos projetos, alguns da responsabilidade dos alunos, que trabalham valores associados ao exercício da cidadania ativa e responsável, constituem uma mais-valia para a consecução das competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e para a concretização do projeto educativo.

A valorização dos sucessos e do mérito dos alunos, através da atribuição de certificados em cerimónia pública, da exposição dos trabalhos e da divulgação dos projetos e atividades.

O reconhecimento da comunidade local relativamente aos contributos do Agrupamento para o respetivo desenvolvimento, através da dinamização de eventos, da cedência de equipamentos e de ações que fomentam a valorização da escolaridade.

O GAPE-Gabinete de Projetos Europeu, como suporte do processo de internacionalização do agrupamento, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Europeu.

Áreas de Melhoria Prioritárias

A consolidação do efetivo envolvimento dos departamentos curriculares na implementação das ações e planos decorrentes dos processos de autoavaliação, para que a estratégia de melhoria de prestação do serviço educativo se concretize nas práticas de forma mais generalizada.

A mobilização da informação decorrente da monitorização e avaliação de algumas ações que conduza à reformulação das mesmas.

A gestão dos recursos humanos e materiais, como estratégia para promover a apropriação e o entrosamento de todos os agentes educativos no processo de construção da identidade e da unidade do Agrupamento.

A generalização de metodologias e de estratégias que promovam a efetiva consecução do estipulado no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e que reforcem a função formativa e reguladora da avaliação nos processos de ensino e aprendizagem.

A implementação de mecanismos que promovam intencional e sistematicamente a regulação das práticas letivas pelos pares e pelas lideranças, potenciando o desenvolvimento profissional e a melhoria do ensino.

A operacionalização do Plano de Articulação Curricular do Agrupamento, de forma consolidada e generalizada.

Operacionalização de estratégias articuladas no Conselho de Turma com vista a gestão do grupo-turma.

Desenvolver ações que contribuam para aumentar a percentagem de alunos com percursos diretos de sucesso.

A persistência de ocorrências disciplinares em alguns níveis de ensino.



Oportunidades a considerar

Documento da UNESCO “Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação” (UNESCO, 10 novembro 2021).

Programa TEIP.

Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE).

Plano 21/23 Escolas+.

Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário.

Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI).

Programa de Apoio à Qualidade nas Escolas da Câmara Municipal de Sintra - quatro medidas de apoio: Plano Anual de Atividades, Diversificação da Oferta Educativa, Apoio a Projetos no âmbito da Educação Especial e Concurso de Projetos.

Projeto Escolas 2030.

Diversas iniciativas locais que concorrem para o desenvolvimento da comunidade, como por exemplo, os projetos Sintra ES+, Orienta.Te, Assembleia Municipal Jovem, Mostra de Teatro das Escolas de Sintra, Okupa, Orquestra Escolar, UBUNTU.

Projeto da Câmara Municipal de Sintra, SintraEs+, no âmbito dos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar.

Programa de digitalização para as Escolas, no âmbito do Plano de Ação para a Transição Digital, que inclui a disponibilização de computadores a alunos e professores, de equipamentos às escolas e um Plano de Capacitação Digital de Docentes.

Políticas educativas promotoras da autonomia, da flexibilidade curricular e da Educação Inclusiva.

Todas as bibliotecas do AECL integradas na Rede de Bibliotecas.

Requalificação das escolas do agrupamento.

Instalação da rede de área local estruturada “Minedu” na EB PAN e aumento da capacidade/velocidade de acesso à Internet na ESLC e na EBPAN.

Parcerias com a comunidade.

ERASMUS + Agrupamento Acreditado.

Desporto Escolar

Constrangimentos a considerar

Obsolescência dos equipamentos informáticos.

Fragilidades na resposta atempada às necessidades de manutenção dos espaços e equipamentos.

Falta de domínio da língua portuguesa por parte de alguns alunos.

Ausência de autonomia e de recursos financeiros de acordo com as necessidades.

Escassez de recursos humanos ao nível do pessoal docente e não docente.



Ausência de tempos comuns, de espaços e de recursos importantes (degradação de algumas salas de aula e do seu mobiliário, falta de iluminação de alguns espaços, escassez de salas de trabalho, de espaços adequados à prática desportiva e de laboratórios e falta de um auditório de acordo com a dimensão do agrupamento).

Contexto socioeconómico desfavorável (fragilidades das estruturas familiares).

Elevada percentagem de alunos oriundos de outros agrupamentos matriculados no ensino secundário (superior a 60%).

Aumento do número de situações de alunos em mobilidade ao longo do ano letivo, em resultado de movimentos migratórios.

VI. DIMENSÕES E OBJETIVOS DO PE

D1 | DIMENSÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Objetivo Geral

Promover o sucesso educativo.

Objetivos Estratégicos

1. Melhorar de forma sustentada os resultados escolares.
2. Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos.
3. Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem.
4. Valorizar as aprendizagens dos alunos, promovendo a sua visibilidade na escola e na comunidade.
5. Diversificar a oferta curricular de modo contextualizado e sustentado.
6. Melhorar o acompanhamento e a intervisão da prática letiva.
7. Estimular o pensamento crítico e criativo dos alunos e a sua expressão individual e coletiva.
8. Promover as competências científicas, técnicas e tecnológicas dos alunos.
9. Estimular o raciocínio e a resolução de problemas.
10. Promover a capacidade de transformar a informação em conhecimento.
11. Promover a interdisciplinaridade e a flexibilidade na gestão do currículo.
12. Promover a utilização de estratégias e recursos que potenciem a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, de modo a responder de forma adequada ao perfil e necessidades dos alunos.

D2 | DIMENSÃO PESSOAL, SOCIAL, CULTURAL E DE CIDADANIA

Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento pessoal dos alunos em várias dimensões (emocional, ética, estética, cultural, social, ecológica).

Objetivos Estratégicos

1. Promover a participação cívica e responsável dos alunos na organização e funcionamento das estruturas e atividades da escola.
2. Desenvolver a sensibilidade estética e artística dos alunos.



3. Promover atitudes positivas face ao meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e interdependente.
4. Prevenir a indisciplina, a insegurança e a violência nos recintos escolares e nas suas imediações.
5. Promover a coesão, o sentido de pertença/identidade e o respeito pela instituição escolar e por todos os membros da comunidade educativa
6. Promover hábitos de vida saudável.
7. Promover ações que preparem a comunidade escolar para reagir em situações de emergência.
8. Estimular o desenvolvimento das competências emocionais e sociais dos alunos.

D3 | DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

Objetivo Geral

Contribuir para a melhoria consistente e contínua da prestação do serviço educativo.

Objetivos estratégicos

1. Desenvolver uma cultura de liderança mobilizadora dos recursos e das estratégias necessárias à concretização do Projeto Educativo.
2. Promover e apoiar a atualização científica e pedagógica dos professores.
3. Promover o desenvolvimento sustentado de práticas inovadoras.
4. Generalizar ações que promovam práticas de inclusão.
5. Promover uma cultura conducente à melhoria do desempenho profissional do pessoal não docente.
6. Gerir com eficiência os recursos físicos e materiais.
7. Consolidar a ligação à comunidade.



DIMENSÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Promover o sucesso educativo.

D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
<p>1. Melhorar de forma sustentada os resultados escolares.</p> <p>2. Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos</p> <p>3. Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem.</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Implementação de uma dinâmica de ensino e de aprendizagem centrada no aluno e no desenvolvimento de competências.▪ Promoção da qualidade e eficiência educativas mediante diferentes formas de organização do trabalho, valorizando-se o intercâmbio de saberes e de experiências, através de práticas de:<ul style="list-style-type: none">○ Trabalho colaborativo;○ Trabalho de projeto;○ Coadjuvação entre docentes, do mesmo ano ou ciclo, de vários ciclos e níveis de ensino e de diversas áreas disciplinares;○ Permuta temporária entre docentes da mesma área ou domínio disciplinar.▪ Reorganização dos espaços educativos em função das metodologias de ensino adotadas.▪ Adoção de procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados de avaliação e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher, em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com os alunos.▪ Generalização de práticas de diferenciação pedagógica.▪ Promoção das Artes no currículo, como fatores potenciadores da criatividade e da integração.▪ Promoção de práticas mais consistentes de feedback focado nos processos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Melhorar os resultados escolares, tanto na avaliação externa como interna.▪ Metas definidas no Plano Plurianual de Melhoria (TEIP), que são atualizadas anualmente por ciclos de escolaridade.▪ Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos, incluindo as metas gerais do Plano TEIP.▪ Reduzir os níveis de indisciplina, incluindo as metas gerais no Plano TEIP.▪ Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória por todos os alunos.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforço e valorização do trabalho dos conselhos de turma, conselhos de docentes e grupos de ano.▪ Promoção de feedback mais sistemático junto dos alunos.▪ Acompanhamento e avaliação de todas as medidas de apoio à aprendizagem desenvolvidas com os alunos pela EMAEI em estreita colaboração com os conselhos de turma ou professor/a titular.▪ Reforço e consolidação dos mecanismos de apoio ao estudo:<ul style="list-style-type: none">• Planeamento, partilha e monitorização dos resultados.• Apoio Educativo (1.º ciclo).• Sala de Estudo (2.º e 3.º ciclos e ensino secundário).• Apoio personalizado.• Recuperação de Módulos em atraso (Cursos profissionais).• Apoio às Provas e Exames Nacionais.▪ Rentabilização/revitalização da Sala de Estudo (SE) através de:<ul style="list-style-type: none">• realização de sessões sobre técnicas e métodos de estudo.• recurso a estratégias diferenciadas (trabalho autónomo, estudo acompanhado, tutorias, ...) abrangendo todos os alunos presentes na SE.• cursos de curta duração/workshops (cultura portuguesa, ciências, artes...).	



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Mobilização de competências para o desenvolvimento de projetos.▪ Monitorização e avaliação das medidas de apoio às aprendizagens.▪ Ações Estratégicas do Plano Plurianual de Melhoria (TEIP):<ul style="list-style-type: none">– Comunic@r – 1.º ciclo;– Equipas Dinâmicas – 1.º ciclo;– Grupos de Promoção do Sucesso – 2.º ciclo;– GenialMat – 2.º e 3.º ciclos;– Mat4U – ensino secundário;– LEC – 3.º ciclo;– DisMat – 3.º ciclo;– Incluir + – todos os ciclos;– Gabinete de Apoio ao Aluno;– Par a Par – 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário;– INNOV@TE – todos os ciclos.▪ Dinamização de sessões nas bibliotecas destinadas a:<ul style="list-style-type: none">• desenvolvimento do gosto pela leitura e melhoria dos níveis de literacia.• desenvolvimento de competências de pesquisa, seleção e tratamento da informação.• construção e leitura de mapas conceptuais.• aplicação do Referencial «Aprender com a Biblioteca Escolar» (conjunto de aprendizagens associadas à utilização da biblioteca escolar).	



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação/revitalização de núcleos, laboratórios, projetos, clubes, jornais (impressos e/ou digitais), iniciativas pontuais (concursos, eventos, atividades físicas e desportivas).▪ Reforço de tutorias (aluno/aluno, professor/aluno) em sala de aula, sala de estudo e em momentos de trabalho autónomo.▪ Promoção da participação dos alunos em projetos regionais, nacionais e internacionais: Desporto Escolar, Parlamento Jovem; Assembleia Municipal Jovem; Escola Azul; EcoEscolas, Escola Embaixadora do Parlamento Europeu; Escolas Geminadas, Erasmus, etc.)▪ Realização de sessões sobre motivação para o estudo destinadas a desenvolver práticas de autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem.▪ Identificação atempada dos alunos que se encontram em situação de risco.▪ Promoção, nos alunos, de hábitos de autorregulação do processo de aprendizagem.	
4. Valorizar as aprendizagens dos alunos, promovendo a sua visibilidade na escola e na comunidade.	<ul style="list-style-type: none">▪ Divulgação, em vários espaços/suportes, dos trabalhos dos alunos.▪ Organização e participação em concursos de reconhecido valor educativo, com atribuição de prémios aos melhores trabalhos, quer do ponto de vista académico quer do ponto de vista dos valores de cidadania.▪ Reconhecimento do mérito através da atribuição de um certificado.	<ul style="list-style-type: none">▪ Semestralmente, proceder à divulgação de trabalhos de alunos por diferentes meios (exposições, concursos, jornais escolares, páginas on-line, etc.), dentro e fora do espaço escolar.▪ Organizar uma cerimónia pública de atribuição de certificados de mérito.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
5. Diversificar a oferta curricular de modo contextualizado e sustentado.	<ul style="list-style-type: none">▪ Oferta de ensino profissional de acordo com os espaços físicos, os equipamentos e os recursos humanos existentes no Agrupamento, bem como os protocolos pré-estabelecidos com o meio empresarial.▪ Estabelecimento de parcerias com empresas para fornecimento de estágios pós-curriculares.▪ Criação de uma base de dados sobre os alunos que já concluíram os cursos para monitorizar o seu percurso profissional.▪ Atualização da base de dados com as empresas promotoras de estágios para adequar as matérias lecionadas ao contexto empresarial.▪ Implementação do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (Quadro EQAVET).▪ Estabelecimento de protocolos com Instituições da comunidade para fornecimento de estágios de sensibilização pré-profissional aos alunos.▪ Oferta de Português como língua não materna, de acordo com as necessidades dos alunos e da comunidade.▪ Promoção da literacia Braille nas várias grafias de acordo com as necessidades de alguns alunos.▪ Promoção da utilização dos produtos de apoio específicos.▪ Dinamização de Atividades de Vida Diária e Orientação e Mobilidade para desenvolvimento de competências, com vista à promoção da autonomia pessoal.	<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir a matrícula de pelo menos 50% dos alunos do AELC que pretendam frequentar Cursos Profissionais.▪ Garantir a inserção de todos os alunos dos Cursos Profissionais na Formação em Contexto de Trabalho/Estágio.▪ Integrar os alunos com Currículo que reúnam condições para o efeito, em estágios de sensibilização pré-profissional, em Instituições da comunidade.▪ Criar cursos de especialização tecnológica (CET).▪ Assegurar a oferta de Português Língua Não Materna, a todos os alunos sinalizados com o nível A e B1 de proficiência.
6. Melhorar o acompanhamento e a intervisão da prática letiva.	<ul style="list-style-type: none">▪ Atualização de compromissos ao nível dos Departamentos que visem a generalização de práticas de intervisão pedagógica.	<ul style="list-style-type: none">▪ Implementar em cada departamento as práticas de intervisão pedagógica, incluindo



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Generalização da prática de professores que promovam voluntariamente aulas abertas à observação de outros colegas.▪ Organização de sessões de partilha de boas práticas entre coordenadores/responsáveis de disciplinas e supervisores/docentes envolvidos em práticas de intervenção.▪ Organização de sessões de partilha de boas práticas entre todos os docentes.	formação e promoção de uma cultura de abertura da sala de aula, numa perspetiva de trabalho colaborativo e melhoria da profissionalidade docente.
7. Estimular o pensamento crítico e criativo dos alunos e a sua expressão individual e coletiva. 8. Promover as competências científicas, técnicas e tecnológicas dos alunos. 9. Estimular o raciocínio e a resolução de problemas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento de iniciativas que visem a expressão do pensamento crítico e criativo dos alunos.▪ Adoção de metodologias ativas e cooperativas de aprendizagem e a diversificação de estratégias.▪ Associação dos conteúdos de cada área do saber a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no seu meio sociocultural e geográfico, recorrendo a materiais e recursos diversificados.▪ Criação de condições para a prática das atividades experimentais, particularmente na área das ciências, em todos os ciclos de ensino.▪ Desenvolvimento de iniciativas que visem a excelência no plano científico, técnico ou tecnológico.▪ Desenvolvimento, em sala de aula, de atividades de aprendizagem autorregulada, baseadas em diferentes metodologias.▪ Generalização das condições para o desdobramento dos horários de modo a facilitar a prática de atividades experimentais e criativas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Proporcionar, em todas as disciplinas e níveis de ensino, atividades que permitam a todos os alunos a expressão e o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo.▪ Organizar anualmente, em cada escola do agrupamento, pelo menos uma exposição de trabalhos de alunos que evidenciem as suas competências científicas, criativas, técnicas e tecnológicas.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação de espaços e tempos para que os alunos intervenham livre e responsavelmente.	
10. Promover a capacidade de transformar a informação em conhecimento.	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento das capacidades de seleção, análise, produção e divulgação de produtos, de experiências e de conhecimento, em diferentes formatos e para diferentes públicos.▪ Organização de atividades de ensino prevendo a utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação.▪ Organização de sessões de literacia (das notícias, da informação, científica, artística e tecnológica).▪ Produção de Guiões de Aprendizagem / Referenciais de Controlo da Aprendizagem, disponibilizando-os aos alunos.▪ Explicitação dos objetivos, dos processos e dos conteúdos e da avaliação, na perspetiva do aluno.▪ Produção de instrumentos de apoio nas diferentes etapas do processo de aprendizagem, para potenciar e desenvolver a autonomia do aluno, como, por exemplo, listas de verificação, grelhas de autoavaliação, atividades com autocorreção.▪ Organização de sessões de literacia da informação para alunos.▪ Adoção de forma progressiva da metodologia de trabalho de projeto de acordo com os Planos Curriculares das Turmas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Melhorar os resultados escolares, tanto na avaliação externa como interna, incluindo as metas gerais do Plano TEIP.▪ Organização, na biblioteca escolar, de uma sessão de literacia da informação, por turma e por ano letivo, para todas as turmas de 3.º, 5.º e 10.º anos.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
11. Promover a interdisciplinaridade e a flexibilidade na gestão do currículo.	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforço do trabalho de articulação vertical e horizontal.▪ Reforço do trabalho colaborativo entre docentes, com a promoção da partilha de experiências e de entreajuda como atitudes favoráveis à aprendizagem.▪ Reforço dos compromissos ao nível do Departamento que visem a generalização de práticas de diferenciação pedagógica, com vista a dar resposta a todos os alunos.▪ Criação e/ou adaptação de recursos para o apoio e acesso ao currículo.▪ Capacitação dos docentes para implementação de uma pedagogia diferenciada e de suporte e utilização de recursos adaptados.▪ Revisão do Plano de Articulação Curricular do Agrupamento que contemple as várias estruturas de orientação educativa, nomeadamente entre ciclos, por disciplinas, no conselho de turma, ao nível das visitas de estudo, no Plano Anual de Atividades, etc.	<ul style="list-style-type: none">▪ Melhorar os resultados escolares, tanto na avaliação externa como interna, incluindo as metas gerais do Plano TEIP.
12. Promover a utilização de estratégias e recursos que potenciem a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, de modo a responder de forma adequada ao perfil e necessidades dos alunos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação de condições técnicas e reforço das competências na área das tecnologias da informação dos docentes, para a utilização das TIC, em todas as escolas do Agrupamento.▪ Operacionalização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola.▪ Promoção da troca de experiências e de boas práticas que respondam à diversidade dos perfis e das necessidades dos alunos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Realizar, pelo menos, uma ação de formação por ano letivo, cuja temática verse a integração das TIC na prática profissional.▪ Reforçar a utilização de recursos educativos em formato digital, promovendo a sua partilha entre docentes do mesmo departamento



Meios de verificação

- Resultados escolares dos alunos.
- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.
- Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.
- Relatórios TEIP.



DIMENSÃO SOCIAL, CULTURAL E DE CIDADANIA

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento pessoal dos alunos em várias dimensões (ética, cultural, social, ecológica).

D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
1. Promover a participação cívica e responsável dos alunos na organização e funcionamento das estruturas e atividades da escola.	<ul style="list-style-type: none">▪ Promoção do espírito associativo dos alunos, revitalizando e alargando a área de atuação da associação de estudantes.▪ Promoção do envolvimento dos alunos em atividades de voluntariado.▪ Revitalização da assembleia de delegados de turma.▪ Promoção da participação cívica dos alunos.▪ Operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento, domínio “Instituições e participação democrática”.▪ Envolvimento dos alunos nas atividades de acolhimento e integração dos novos alunos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a elaboração de um Plano de Atividades abrangente e de acordo com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.▪ Reunir, pelo menos uma vez por semestre, a assembleia de delegados de turma.▪ Integrar os alunos no planeamento, operacionalização, realização e avaliação de atividades cívicas, culturais, físicas e desportivas.▪ Dinamizar a organização e aplicação do Orçamento Participativo das Escolas.
2. Desenvolver a sensibilidade estética e artística dos alunos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Dinamização de atividades curriculares e/ou extracurriculares que favoreçam processos de experimentação, de interpretação e de fruição de diferentes realidades culturais, e a expressão estética e artística individual e coletiva dos alunos:<ul style="list-style-type: none">– Rádio, Jornal, Fotografia e TV escolar, Plano Nacional de Cinema, Plano Nacional das Artes, Musicalidades, etc.– Visitas de estudo a museus, galerias de arte, exposições, etc.– Palestras com artistas ou agentes culturais.	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar/reabilitar em cada escola do Agrupamento, o(s) meio(s) de expressão estética e artística individual e/ou coletiva dos alunos.▪ Organizar, pelo menos, uma atividade por semestre e por escola.
3. Promover atitudes positivas face ao meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e interdependente.	<ul style="list-style-type: none">▪ Organização de palestras, encontros, reuniões de sensibilização para questões de cidadania, sempre que possível, com a participação de especialistas na área em questão.	<ul style="list-style-type: none">▪ Organizar, pelo menos, uma atividade anual por ciclo de ensino.▪ Organizar e dinamizar pelo menos uma atividade por ano de exploração da natureza.



D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Promoção na sala de aula e fora dela de atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões fundamentadas.▪ Participação em projetos e iniciativas ligadas ao exercício da cidadania (Escola Azul, Eco-Escolas, Parlamento Jovem, Assembleia Municipal Jovem, Escola Embaixadora do Parlamento Europeu, etc.)▪ Promoção de projetos de intercâmbio com escolas/alunos de outras culturas/comunidades (por exemplo no âmbito do <i>eTwinning</i> ou do <i>Erasmus+</i>).▪ Estimulação da participação dos alunos em atividades físicas de exploração da natureza e de proteção do ambiente, aproveitando o seu potencial para a promoção de valores ambientais, de proteção e de preservação do Património Natural (por exemplo, Passeios Pedestres).▪ Operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento, domínios “Direitos Humanos” “Igualdade de Género”; “Interculturalidade” “Desenvolvimento Sustentável”.▪ Revisão da Estratégia do AELC para a Cidadania e Desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none">▪ Produzir orientações curriculares para a componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento que traduzam a visão e a missão deste Projeto Educativo.
4. Prevenir a indisciplina, a insegurança e a violência nos recintos escolares e nas suas imediações.	<ul style="list-style-type: none">▪ Promoção de aulas centradas no aluno.▪ Reorganização do espaço de sala de aula em função das metodologias adotadas e do perfil dos alunos.▪ Formação de professores e pessoal não docente na área das relações interpessoais e da gestão de conflitos.▪ Reforço da cultura de interação pedagógica ao nível do grupo de recrutamento/conselho de turma com o objetivo de partilha e	<ul style="list-style-type: none">▪ Reduzir o número de ocorrências disciplinares, incluindo as metas gerais do Plano TEIP.▪ Organizar, pelo menos uma vez por ano, uma ação de formação na área de gestão de conflitos, destinada a docentes e/ou não docentes.▪ Organizar, pelo menos uma vez por ano, uma ação com os EE.



D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<p>utilização de diferentes estratégias para superar situações de indisciplina.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Ação TEIP “GAA” (Tutoria, Ação Social, Serviços de Psicologia e Orientação).▪ Dinamização de Projetos no âmbito do desenvolvimento das Competências Pessoais e Sociais.▪ Desenvolvimento de ações junto dos EE (ações formais e não formais) em parceria com as Associações de Pais.▪ Promoção de estratégias fomentadoras de disciplina, respeito e regras de conduta.	
5. Promover a coesão, o sentido de pertença/identidade e o respeito pela instituição escolar e por todos os membros da comunidade educativa.	<ul style="list-style-type: none">▪ Divulgação do Projeto Educativo, do Regulamento Interno e do Estatuto do Aluno e Ética Escolar através de:<ul style="list-style-type: none">– Direção do Agrupamento, coordenadores de diretores de turma, direção de turma, reuniões de encarregados de educação, plataforma <i>Moodle</i> e página <i>web</i> do Agrupamento.▪ Disponibilização dos documentos estruturantes do Agrupamento a toda a comunidade educativa, em locais de fácil acesso: PBX, sala de convívio dos alunos, portaria, página <i>web</i> do Agrupamento, etc.▪ Organização de atividades que envolvam a participação de toda a comunidade educativa: concursos, exposições, atividades lúdicas, atividades físicas e desportivas, etc.	<ul style="list-style-type: none">▪ Organizar uma reunião da direção com os novos alunos e respetivos encarregados de educação (1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos).▪ Organizar uma reunião da Direção por semestre com o pessoal não docente.▪ Organizar, pelo menos, duas atividades conjuntas por ano que envolvam todas as escolas do agrupamento.▪ Manter o grau de satisfação dos agentes educativos, de acordo com as metas gerais do plano TEIP.
6. Promover hábitos de vida saudável.	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolver a capacidade de compreender o corpo como um sistema integrado e de o utilizar de forma ajustada aos diferentes contextos.▪ Reforço dos programas Educação para a Saúde (PES) e Desporto Escolar.	<ul style="list-style-type: none">▪ Mobilizar mais de 50% dos docentes para o cumprimento do Programa Educação para a Saúde.▪ Realizar pelo menos uma atividade por escola sobre hábitos de vida saudável.



D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Promoção de hábitos de vida saudável, mediante a dinamização de diferentes projetos (por exemplo, no âmbito do Projeto Eco-Escolas).▪ Organização de sessões para prevenção de comportamentos de risco.▪ Promoção da prática de atividades físicas e desportivas.▪ Operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento – módulos “Desenvolvimento Sustentável”, “Educação Ambiental”, “Saúde”, “Sexualidade”, “Segurança Rodoviária”.	<ul style="list-style-type: none">▪ Realizar pelo menos uma sessão por ano que verse a prevenção de comportamentos de risco, dirigida a alunos, pais, pessoal docente e não docente.▪ Realizar, pelo menos, dois eventos desportivos por ano abertos a toda a comunidade educativa.
7. Promover ações que preparem a comunidade escolar para reagir em situações de emergência.	<ul style="list-style-type: none">▪ Operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento – módulo “Risco”.▪ Organização de simulacros de situações de emergência.▪ Organização de sessões de formação em suporte básico de vida (ensino dos 3 C), mediante protocolo com a Câmara Municipal de Sintra e o Hospital Fernando da Fonseca.	<ul style="list-style-type: none">▪ Realizar, pelo menos, um simulacro por ano, envolvendo toda a comunidade escolar.▪ Proporcionar a todos os alunos do 9.º ano e secundário formação em suporte básico de vida.
8. Estimular o desenvolvimento das competências emocionais e sociais dos alunos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Participação em projetos/programas que promovam competências emocionais e sociais dos alunos.▪ Articulação entre os vários serviços e iniciativas de apoio educativo.	<ul style="list-style-type: none">▪ Incluir no PAA pelo menos 10 atividades por ciclo que incluam nos seus objetivos o desenvolvimento das competências emocionais e sociais dos alunos.▪ Promover pelo menos uma atividade estratégica para o desenvolvimento das competências socioemocionais.

Meios de verificação

- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.



- Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.
- Relatórios TEIP.

DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

Objetivo Geral: Contribuir para a melhoria consistente e contínua da prestação do serviço educativo.

D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
1. Desenvolver uma cultura de liderança mobilizadora dos recursos e das estratégias necessárias à concretização do Projeto Educativo.	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento de uma cultura colaborativa e de comprometimento com a missão do Agrupamento, de tolerância e de respeito pela diferença, que permita que todos os agentes se sintam envolvidos e corresponsabilizados.▪ Promoção dos princípios de equidade e de justiça na gestão dos recursos humanos, nomeadamente na distribuição de serviço docente e não docente, e dos recursos financeiros.▪ Dinamização de grupos de trabalho transversais, cujos elementos sejam representativos dos diferentes departamentos ciclos/níveis de ensino.▪ Valorização das lideranças intermédias para exercerem as suas competências com autonomia e responsabilidade, em coerência com as orientações estruturantes.▪ Promoção da participação dos alunos de forma livre, responsável, ativa e diversificada na vida do Agrupamento, elegendo os seus representantes e dando contributos sobre assuntos do seu interesse, assumindo responsabilidades de monitores em projetos, participando em projetos de âmbito internacional, nacional e local (da comunidade/da escola) – projetos que trabalham valores associados ao exercício da cidadania ativa e responsável, constituem uma mais-valia para a consecução das competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade	<ul style="list-style-type: none">▪ Realizar atividades no Agrupamento (comemoração de datas significativas, eventos culturais, recreativos, desportivos, etc.) que aumentem a participação da comunidade educativa.▪ Promover a visibilidade das lideranças nas diferentes escolas do Agrupamento, descentralizando, num sistema rotativo, os locais de reunião das estruturas de gestão da escola.▪ Promover a visibilidade das lideranças intermédias nos documentos estruturantes do agrupamento.▪ Promover a dinamização anual do Orçamento Participativo Jovem.



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	Obrigatória e para a concretização do Projeto Educativo e dinamizando atividades através da associação de estudantes.	
2. Promover e apoiar a atualização científica e pedagógica dos professores.	<ul style="list-style-type: none">▪ Promoção de uma prática reflexiva e de partilha sistemática, com vista à análise das práticas educativas e pedagógicas.▪ Consolidação do Plano de Formação do Agrupamento enquanto instrumento de resposta às necessidades formativas dos docentes e não docentes.▪ Organização de formação interna, de modo a introduzir uma cultura de comprometimento com o serviço e as equipas de trabalho e em resposta às necessidades formativas dos docentes.▪ Promoção da formação de professores numa perspetiva global, no âmbito do processo de internacionalização do agrupamento e mediante o GAPE-Gabinete de Projetos Europeus.	<ul style="list-style-type: none">▪ Realizar, pelo menos, uma atividade formativa por departamento e por ano letivo e que promova a articulação vertical.▪ Organizar, em articulação com o Centro de Formação, pelo menos, duas ações de formação por ano de acordo com o plano de formação do Agrupamento, em particular nas áreas da diferenciação pedagógica, adequações curriculares, avaliação e trabalho de projeto.▪ Organizar, anualmente, as Jornadas Pedagógicas do Agrupamento.▪ Participar pelo menos uma ação de formação de professores no âmbito do Erasmus +.
3. Promover o desenvolvimento sustentado de práticas inovadoras.	<ul style="list-style-type: none">▪ Promoção de práticas inovadoras, mediante a divulgação dos resultados junto da comunidade docente.▪ Promoção de iniciativas de partilha de boas práticas no âmbito da inovação pedagógica.▪ Otimização dos projetos inovadores que existem no Agrupamento.▪ Operacionalização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola.	<ul style="list-style-type: none">▪ Organizar, pelo menos, um evento de divulgação de práticas inovadoras.▪ Usar os canais de comunicação da escola (página web, email institucional, jornal escolar) para a divulgação de práticas inovadoras.▪ Promover a participação de alunos e docentes em projetos inovadores de relevância pedagógica (pelo menos, um projeto por ano).



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
4. Generalizar ações que promovam práticas de inclusão.	<ul style="list-style-type: none">▪ Adequação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais.▪ Organização e dinamização de sessões de sensibilização, e/ou oficinas de formação dirigidas ao pessoal docente e não docente do Agrupamento.	<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.▪ Realização de, pelo menos, 3 ações por ano letivo, para pessoal docente e não docente, cuja temática verse a inclusão de todos os alunos.
5. Promover uma cultura conducente à melhoria do desempenho profissional do pessoal não docente.	<ul style="list-style-type: none">▪ Calendarização e concretização de reuniões com o pessoal não docente.▪ Inclusão de ações de formação para não docentes no Plano de Formação do Agrupamento.▪ Realização anual de inquéritos de satisfação aos utentes.▪ Melhoria da articulação entre encarregados dos assistentes operacionais e os assistentes operacionais e entre a chefe dos serviços administrativos e os assistentes técnicos,	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover e apoiar a formação do pessoal não docente, de modo a que cada assistente técnico e que cada assistente operacional frequente, interna ou externamente, pelo menos uma ação de formação por ano letivo.▪ Organizar pelo menos uma atividade por ano que estimule o espírito de camaradagem entre pessoal docente e não docente.▪ Realização de uma reunião por período entre a Direção e o pessoal não docente (assistentes técnicos e assistentes operacionais).▪ Realização de reuniões mensais entre os encarregados dos assistentes operacionais e os assistentes operacionais e entre a chefe dos serviços administrativos e os assistentes técnicos, de modo a monitorizar os serviços e a resolver problemas em tempo útil.
6. Gerir com eficiência os recursos físicos e materiais	<ul style="list-style-type: none">▪ Diagnóstico das condições de funcionamento/manutenção das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes nas salas de aula e outros espaços, a fim de poder corrigir atempadamente os constrangimentos verificados.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar intervenções nos espaços e equipamentos, de acordo com os recursos



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Mobilização de entidades locais/comunidade local, no sentido de colaborar na requalificação dos equipamentos e dos espaços do Agrupamento.▪ Sensibilização das entidades competentes para a necessidade urgente de requalificar equipamentos e espaços.▪ Participação em concursos/atividades nacionais/internacionais de dimensão pedagógica que possibilitem a aquisição de equipamentos.▪ Candidatura(s) a financiamento para projetos de acessibilidade, apresentada(s) a entidade(s)/instituições (fundações, entidades bancárias, autarquia, etc.).▪ Mobilização dos serviços competentes no sentido de assegurar as intervenções necessárias nos espaços e equipamentos escolares.	disponíveis, em colaboração com as entidades responsáveis.
7. Consolidar a ligação à comunidade.	<ul style="list-style-type: none">▪ Promoção da participação da comunidade educativa na vida do Agrupamento.▪ Organização de atividades abertas a toda a comunidade educativa.▪ Mobilização dos pais/encarregados de educação para a resolução de problemas mediante o reforço dos canais de comunicação escola/família.▪ Valorização do papel do Diretor de Turma/ Educador/Professor Titular de turma como elemento de ligação escola-família.▪ Implementação de atividades propostas e dinamizadas pelos pais/encarregados de educação.▪ Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação integrada que projete a identidade do Agrupamento na comunidade educativa.	<ul style="list-style-type: none">▪ Rececionar novos alunos e providenciar visitas às escolas.▪ Organizar, pelo menos, uma atividade por ano aberta à comunidade educativa.▪ Envolver as Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento na planificação de pelo menos duas sessões de informação por escola/por ano.▪ Atualizar a página web do Agrupamento e melhorar a sua acessibilidade.▪ Disponibilizar, na página web do Agrupamento, toda a informação relevante para os pais: critérios de avaliação, PE, RI, PAA.



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none">▪ Estabelecimento de novas parcerias e reforço das já existentes com empresas e instituições da comunidade local e regional.▪ Divulgação da oferta formativa/recursos formativos do Agrupamento junto da comunidade.	<ul style="list-style-type: none">▪ Manter/estabelecer parcerias e protocolos e potenciar a sua capacidade, de modo a dar resposta a situações decorrentes da prática educativa.

Meios de verificação

- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.
 - Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.
 - Relatórios TEIP.
-



VII. INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Uma vez aprovado o Projeto Educativo, é da responsabilidade de toda a comunidade escolar definir e orientar o conjunto de ações a desenvolver entre 2022 e 2025, fundamentado nas Metas, nas Orientações Estratégicas e nos Objetivos Estratégicos nele estabelecidos.

Este Projeto Educativo assume-se como documento inconcluso, reservando sobretudo aos próximos Planos de Atividades, ao documento das Orientações Pedagógicas do Agrupamento (OPA) e ao Regulamento Interno a possibilidade de proceder a reajustamentos e reformulações.

Os referidos documentos, constituindo-se como instrumentos operacionalizadores do Projeto Educativo, devem estruturar-se de acordo com as seguintes orientações:

Estratégia de Educação para a Cidadania

A Estratégia de Educação para a Cidadania, decorrente do n.º 2 do art.º 15.º Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, estabelece os domínios, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade no âmbito da Educação para a Cidadania; o modo de organização do trabalho; os projetos a desenvolver pelos alunos que concretizam na comunidade as aprendizagens a desenvolver; as parcerias a estabelecer com entidades da comunidade e a avaliação das aprendizagens dos alunos.

Organização Pedagógica de Agrupamento (OPA)

Na OPA (em anexo) estão definidos os critérios gerais de atribuição do serviço docente, definição da oferta educativa, constituição de turmas, elaboração dos horários dos alunos e avaliação pedagógica, em conformidade com o Projeto Educativo.

Plano Anual de Atividades (PAA):

Deste documento, que será disponibilizado em suporte digital, devem constar as atividades propostas pela comunidade educativa, com a descrição, calendarização, dinamizadores, destinatários, local e o orçamento previsto para cada uma delas, e ainda a sua relação com os objetivos do Projeto Educativo.

Plano de Articulação Curricular (PAC)

O PAC, enquanto exercício de adequação e contextualização do currículo ao Projeto Educativo do agrupamento e às características individuais dos alunos, consiste numa apropriação contextualizada do currículo, tendo em vista a consolidação, o aprofundamento e o enriquecimento das Aprendizagens Essenciais e o desenvolvimento integral dos alunos, à luz do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital

Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital operacionaliza, no Agrupamento o Plano de Ação para a Transição Digital, nos domínios tecnológicos, organizacional e pedagógico. A partir dos dados recolhidos pela aplicação do SELFIE (Self-reflection on Effective Learning by Fostering Innovation through Educational technologies» - instrumento de autorreflexão e autoconhecimento) e dos dados do DigCompEdu Check-In, foi concebido este plano para apoiar o Agrupamento no processo de aprendizagem na era digital e



promover a incorporação de tecnologias digitais no ensino, na aprendizagem e na avaliação das aprendizagens dos alunos.

Plano Plurianual de Melhoria (TEIP)

O Plano Plurianual de Melhoria (PPM) é um instrumento de planeamento estratégico do Agrupamento elaborado segundo um conjunto de linhas orientadoras e no âmbito do programa nacional TEIP (DGE, Linhas orientadoras, 2018).- O PPM, partindo de uma análise SWOT do Agrupamento, integra ações estratégicas com foco em áreas de intervenção prioritárias e onde se verificam maiores fragilidades.- O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (educação inclusiva) e o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho (autonomia e flexibilidade curricular) vêm introduzir mudanças ao já definido previamente no Programa TEIP (Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro) e definem atualmente três eixos segundo os quais as ações se organizam:- Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas; Gestão Curricular e Parcerias e Comunidade.

Regulamento Interno (RI)

O RI constitui outro dos documentos que operacionaliza o Projeto Educativo, contendo as regras e procedimentos referentes à estrutura orgânica, pedagógica, administrativa e financeira da Escola, os direitos e deveres dos seus atores, as competências dos seus órgãos e estruturas de orientação educativa, as medidas educativas e procedimentos disciplinares relativos aos alunos, estabelecendo, em síntese, o regime de funcionamento do Agrupamento.

VIII. DIVULGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

1. DIVULGAÇÃO

A divulgação do PE é de vital importância para que toda a comunidade se aproprie do mesmo e se mobilize para o concretizar.

Esta divulgação será feita através da Direção do Agrupamento, coordenadores de estabelecimento, coordenadores de diretores de turma, direção de turma, reuniões de encarregados de educação, plataforma *Moodle* e página web do Agrupamento, disponibilizando-o a toda a comunidade educativa em locais de fácil acesso.

2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O PE funciona como instrumento de trabalho que direciona estrategicamente a intervenção. A sua implementação pressupõe a criação de um dispositivo de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação.



Este dispositivo tem como objetivo dinamizar a execução do plano, adaptando-o às novas realidades institucionais, e implicar de maneira ativa os participantes, responsabilizando-os nas atividades a executar e nas decisões sobre a sua implementação e avaliação.

A avaliação final do PE constará de um relatório sobre o grau de concretização das metas definidas, que tenha em conta os resultados escolares, os relatórios do Plano Anual de Atividades, do Projeto TEIP e do GAE.

No acompanhamento e avaliação da concretização do PE dever-se-á aplicar a metodologia da avaliação formativa, através da construção de formulários disponibilizados *online*, cuja incidência se refletirá na apreciação do grau de execução dos objetivos e concretização das metas, assim como do nível de satisfação.

Os resultados da avaliação serão alvo de análise e reflexão participada no Conselho Pedagógico e no Conselho Geral, com o propósito da implementação de ações de melhoria.

Instrumentos de monitorização/avaliação (Quantitativa)	Responsáveis pela elaboração	Responsáveis pela monitorização/avaliação	Calendarização
Relatórios das atividades/projetos	Dinamizadores	Equipa de Trabalho do Plano Anual de Atividades (PAA)	De acordo com a respetiva duração
Relatórios Intermédios e Final do PAA	Equipa de Trabalho do PAA	Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Geral	Semestral (final de cada semestre)
Relatórios da Equipa de Acompanhamento do PE	Equipa de Acompanhamento	Direção, Conselho Pedagógico	Anual (final do ano letivo)
Relatórios de diretores de turma/Professores titulares de turma/Mediadores/Coordenadores Pedagógicos	Diretores de turma/Professores de Titulares Turma/Mediadores/ Coordenadores Pedagógicos	Direção Conselho Pedagógico	Anual (final do ano letivo)
Relatórios de monitorização da implementação das medidas de suporte à aprendizagem	EMAEI	Direção Conselho Pedagógico	Semestral
Avaliação das estruturas que são agregadas pelo CAA	Estruturas do CAA	Direção Conselho Pedagógico	Anual (final do ano letivo)
Relatório de Autoavaliação do Agrupamento	Equipa do Gabinete Avaliação de Escola (GAE)/Empresa Consultora	Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Geral	Periódica (Variável de acordo com cada instrumento)
Relatórios diversos (resultados internos e externos, indisciplina, apoios e Sala de Estudo, acesso ao Ensino Superior, etc.)	Equipa do Gabinete Avaliação de Escola (GAE)/	Direção Conselho Pedagógico	Semestral e/ou anual de acordo com cada instrumento
Relatórios da Direção (contas de gerência, projeto de orçamento e autoavaliação)	Direção, Conselho Administrativo	Conselho Geral	Anual (final do ano letivo)

Avaliação Quantitativa



Indicadores	Instrumentos	Responsáveis	Calendarização
<ul style="list-style-type: none">- Taxa de transição/conclusão por ano de escolaridade.- Taxa de abandono por ano de escolaridade.- Níveis de sucesso por disciplina/ano.- Percentagens de absentismo.- Taxas de participação dos pais/encarregados de educação na vida da Escola.- Número de ocorrências e número de medidas de carácter disciplinar por ano de escolaridade.- Níveis de participação nas atividades/projetos.	Relatórios de Análise dos Dados Estatísticos*	Conselho Pedagógico	Semestral e/ou anual de acordo com cada instrumento

* Após a sua elaboração, os Relatórios deverão ser alvo de uma análise reflexiva nos departamentos, com vista à reformulação de estratégias.

IX. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Eugénio, *Rosto Precário*, 2015.

AZEVEDO, Rui (coord.), *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação Guião de apoio*, Agência Nacional para a Qualificação, 2011.

CAPUCHA, Luís, *Planeamento e Avaliação de Projectos*, DGIDC, 2008.

DAMÁSIO, António, *Sentir & Saber – A caminho da Consciência*, Editora Temas e Debates, 2020.

FELIPE, S. T. *O Conceito de Utopia na proposta Paulofreireana*. Porto Alegre: 1979.

L'ECUYER, Catherine, *Educar na Realidade*, Lisboa, Planeta Manuscrito, 2017.

Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania, *Estratégia nacional de educação para a cidadania*, 2017.

HARGREAVES, Andy, EARL, Lorna e RYAN, Jim, *Educação para a Mudança – Reinventar a escolar para os jovens adolescentes*, Porto, Porto Editora, 2001.

MEIRELES, Cecília, *Vaga Música*, global, 1942.

ORDINE, Nuccio, *A utilidade do inútil*, Faktoria K de Livros, 2016.

ROLDÃO, Maria do Céu, PERALTA, Helena e MARTINS, Isabel P., *Currículo do ensino básico e do ensino secundário – Para a construção de aprendizagens essenciais baseadas no perfil dos alunos*, Lisboa, 2017.

PESSOA, Fernando, *Mensagem*, Assírio & Alvim, 1998.



Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. –
Brasília : Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla
del Monte : Fundación SM, 2022.

SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, Companhia das Letras, 1981.

TÂNGER, Maria Germana, *Vidas numa vida*, Manufactura, 2016.

TEDESCO, Juan Carlos, *O Novo Pacto Educativo*, Fundação Manuel Leão, 1999.

VERDE, Cesário, *O Livro de Cesário Verde*, Porto, Porto Editora, 2016.

Outra documentação

Carta de Missão do Diretor do AELC, 2017.

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho - Perfil dos alunos à saída da escolaridade
obrigatória.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho - Regime jurídico da educação inclusiva.

Lei 116/2019, de 13 de setembro contempla nova redação do DL 54/2018.

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho - Currículo dos ensinos básico e secundário e
princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho - Projeto de autonomia e flexibilidade
curricular.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º
137/2012, de 02 de julho.

Estatísticas diversas (Instituto Nacional de Estatística, MISI e Gabinete de Avaliação
de Escola e Infoescolas).

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Plano Anual de Atividades do AELC (2016-2017).

Plano Anual de Atividades do AELC (2018-2021).

Projeto de Intervenção (2013/2017) – candidatura a diretor do AELC.

Projeto de Intervenção (2020/2024) – candidatura a diretor do AELC.

Projeto Educativo do AELC 2014/2017.



Projeto Educativo do AELC 2018/2021.

Projeto Educativo Local de Sintra, 2017-2025 (em discussão pública).

Relatório da Autoavaliação do AELC (CAF 2017).

Relatório do observatório pedagógico do AELC (2020)

Relatório da Avaliação Externa (IGEC - 2020).

Relatórios do TEIP (Plano de Ação de Melhoria 2017/2019, Relatórios Intermédios 2016-17).

Relatórios do TEIP (Plano de Ação de Melhoria 2018/2021).



X. ANEXOS

1. ANEXO A

Organização Pedagógica do Agrupamento

1. Critérios para atribuição do serviço docente

- 1.1. A distribuição do serviço docente deve respeitar a legislação em vigor, fazendo prevalecer os legítimos interesses dos alunos e a defesa da qualidade de ensino.
- 1.2. A atribuição do serviço docente é feita pelo órgão de gestão do Agrupamento, de acordo com o legalmente estabelecido e as recomendações do Conselho Pedagógico.
- 1.3. Em cada ciclo/nível de ensino, deve possibilitar-se a cada professor o acompanhamento dos seus alunos ao longo dos diferentes anos de escolaridade, desde que não existam outras orientações por parte do Conselho Pedagógico ou do Diretor.
- 1.4. Em cada grupo de docência, pode ponderar-se a criação temporária de grupos de especialização (ano de escolaridade/nível) e implementar-se a distribuição de serviço com esse critério, sempre que isso não colida com a preferência expressa no ponto anterior.
- 1.5. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, na distribuição dos tempos letivos diários, não se devem incluir mais do que cinco tempos de 50 minutos seguidos, nem mais do que sete tempos diários.
- 1.6. No ensino secundário, na distribuição dos tempos letivos diários, não se devem incluir mais do que três blocos de 90 minutos seguidos, nem mais do que quatro blocos de 90 minutos interpolados.



- 1.7.** O horário de cada docente deverá incluir, preferencialmente, apenas dois níveis ou disciplinas diferentes do mesmo ano, devendo ser equilibrada a distribuição do serviço pelos vários professores do grupo de recrutamento.
- 1.8.** Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, cada nível ou disciplina deve ser lecionado, sempre que possível, por uma equipa de, pelo menos, dois professores.
- 1.9.** No 2.º ciclo do ensino básico, em cada turma, poderá privilegiar-se a atribuição ao mesmo docente de mais do que uma disciplina do currículo, exceto nas situações em que se devam considerar outras questões de natureza pedagógica.
- 1.10.** As turmas que integram alunos com adaptações curriculares significativas deverão ser atribuídas, prioritariamente, a professores com perfil adequado e experiência comprovada a nível pedagógico, mantendo, tanto quanto possível, a continuidade.
- 1.11.** Sempre que possível, não devem ser atribuídas a cada professor mais do que duas turmas dos cursos profissionais.
- 1.12.** As direções de turma, as coordenações pedagógicas do ensino recorrente e as mediações dos cursos de educação e formação de adultos devem ser atribuídas, prioritariamente, a professores com um perfil adequado ao cargo (experiência comprovada a nível pedagógico, capacidade de mediação, experiência na coordenação de projetos, facilidade de comunicação e de relacionamento interpessoal), mantendo, sempre que possível, a continuidade.
- 1.13.** Depois de esgotadas as características referidas no ponto anterior, a atribuição do cargo deve estar de acordo com a seguinte ordem: professores do quadro, professores contratados profissionalizados, outros professores contratados.
- 1.14.** Os Diretores de Turma deverão ser, preferencialmente, professores do quadro designados de acordo com o seu grupo disciplinar e área de docência de modo a terem condições para lecionar a mesma disciplina a todos os alunos da turma, ao longo de todo o ano letivo.
- 1.15.** As direções de turma dos cursos profissionais devem ser atribuídas, prioritariamente, a professores do quadro e de preferência a docentes que lecionem disciplinas da componente de formação técnica, de acordo com o perfil enunciado em **1.12**.
- 1.16.** Os membros do Conselho Pedagógico, os membros da equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva e os membros do Gabinete de Avaliação de Escola não deverão ter componente letiva atribuída nas tardes de quarta-feira, com exceção dos professores e educadores do 1.º ciclo e da educação pré-escolar. Aos



professores bibliotecários não deverá ser atribuída componente letiva nas tardes de segunda-feira, de modo a garantir a sua participação nas reuniões concelhias de bibliotecas escolares. Deverão, ainda, ser assegurados tempos comuns de reunião de outras equipas pedagógicas. Em cada departamento, deverá ser equacionada, na elaboração dos horários, a possibilidade de um dos representantes de grupo de recrutamento/ciclo substituir o professor coordenador nas reuniões dos órgãos pedagógicos realizadas às quartas-feiras à tarde.

- 1.17.** Relativamente aos 2.º e 3.º ciclos e ao ensino secundário, cada departamento terá um bloco de 100 minutos semanais comuns sem aulas, para permitir a realização de reuniões entre professores do mesmo ciclo, nível de ensino ou disciplina e a articulação entre ciclos e níveis, de acordo com a frequência prevista nos respetivos regimentos.
- 1.18.** Por conveniência de serviço ou de forma a possibilitar a realização de projetos e atividades, os horários dos professores envolvidos poderão contemplar uma manhã ou uma tarde em comum sem serviço letivo atribuído, por sugestão do Conselho Pedagógico ou do Diretor, mediante proposta fundamentada.
- 1.19.** No 1.º ciclo, os representantes de grupo de ano cumprem uma parte da componente de estabelecimento na realização de tarefas de organização e orientação pedagógica.
- 1.20.** De forma a rentabilizar o espaço das salas de estudo e a melhorar o apoio prestado aos alunos, não devem ser marcadas horas de apoio da mesma disciplina por mais do que dois professores em simultâneo.
- 1.21.** Os recursos humanos/horas de crédito atribuídos no âmbito do Programa TEIP e de outras medidas de promoção do sucesso escolar devem ser distribuídos de modo a envolver, em cada grupo de recrutamento, um número adequado de professores, garantindo um efetivo trabalho de partilha e/ou coadjuvação.

2. Critérios para seleção dos alunos

- 2.1.** Os critérios para seleção dos alunos que pretendem frequentar este Agrupamento são os regulamentados no Despacho Normativo nº 6/2018, de 12 de abril.
- 2.2.** A matrícula ou a renovação de matrícula são fatores prioritários na seleção dos alunos face aos pedidos de transferência ou mudança de curso de alunos do Agrupamento.



- 2.3.** No deferimento de um pedido de mudança de curso, deverão ser tidos em conta como critérios de admissão do aluno no novo curso, para além da existência de vaga, a análise do percurso e do desempenho escolar do mesmo. São critérios de indeferimento liminar do requerimento o facto de o aluno já ter mudado de curso e completar vinte anos até ao dia quinze de setembro do respetivo ano letivo.
- 2.4.** O aluno que pretende mudar de curso deverá ser submetido a uma entrevista com uma psicóloga do Agrupamento e com o respetivo diretor de turma (CCH)/diretor de curso (CP) ou com a adjunta do Diretor, tomando em consideração as informações do conselho de turma, designadamente, dos docentes da componente técnica/específica.

3. Critérios para constituição de turmas

- 3.1.** A constituição de turmas dos alunos do ensino diurno que ingressem pela primeira vez na Escola/Agrupamento faz-se de acordo com o determinado no Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo 16/2019, de 04 de junho.
- 3.2.** Na constituição de turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica.
- 3.3.** Deve constituir-se uma ou duas turmas por ano de escolaridade/ciclos ou níveis de ensino em que se concentrem, sempre que possível, e respeitando a legislação em vigor, os alunos da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), de forma a facilitar o trabalho a realizar com estes alunos.
- 3.4.** Os alunos que optem pela frequência da disciplina de Educação Moral e Religiosa devem ser agrupados, sempre que possível, na mesma turma.
- 3.5.** Os alunos que frequentam o ensino articulado com o Conservatório de Música de Sintra devem, sempre que possível, ser agrupados na mesma turma.
- 3.6.** Na constituição de turmas, será de ter em conta a distribuição equitativa dos alunos com medidas seletivas e/ou adicionais, em todos os anos de todos os ciclos e níveis de ensino.
- 3.7.** Os alunos retidos e/ou com um número relevante de ocorrências disciplinares deverão ser distribuídos pelas turmas de forma equitativa.
- 3.8.** As turmas devem ser constituídas, preferencialmente, por um número idêntico de raparigas e de rapazes.
- 3.9.** Na constituição de turmas do 1.º ano, os grupos oriundos dos jardins de infância, caso não possam integrar a mesma turma, serão divididos de acordo com as informações dadas pelas educadoras de infância, professores de Educação



Especial e, sempre que possível, de acordo com as preferências manifestadas pelos encarregados de educação.

- 3.9.1.** Quando se torne necessária a divisão por turmas distintas, não devem, no entanto, ser deixados alunos isolados numa turma.
- 3.10.** Na constituição das turmas do 5.º ano de escolaridade, poderá ter-se em conta a manutenção do grupo turma do ano letivo anterior, de acordo com o parecer do professor titular de turma, em articulação com o professor de Educação Especial, e ratificado pelo Conselho de Docentes do 1.º ciclo.
- 3.11.** Nos anos de continuidade, deve manter-se a turma em bloco, a não ser por opção expressa do professor titular de turma/Conselho de Turma, do professor de Educação Especial, do Gabinete de Apoio ao Aluno, ou de algum encarregado de educação, devidamente fundamentada.
- 3.12.** Sempre que possível, os irmãos integram o mesmo turno, salvo parecer contrário do professor titular de turma/diretor de turma ou do encarregado de educação.
- 3.13.** No caso de alunos matriculados nos 7.º, 10.º e 12.º anos, deve respeitar-se, sempre que possível, as escolhas opcionais dos alunos, formando as turmas de acordo com as disciplinas onde haja mais alunos inscritos e esteja garantido o número mínimo de alunos previsto no Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 04 de junho.
- 3.14.** Caso seja necessária a deslocação de alunos para outras escolas do Agrupamento ou para outros agrupamentos, será tida em conta a morada dos alunos. Caso se verifique a proximidade de moradas, será deslocado o aluno com mais idade.

4. Critérios para elaboração dos horários dos alunos

- 4.1.** Os horários dos alunos devem ser elaborados de acordo com critérios de natureza pedagógica com o objetivo de possibilitar boas condições de aprendizagem.
- 4.2.** A unidade letiva (período de tempo em que decorre a atividade letiva) é de 45 ou de 90 minutos, no ensino secundário, de 60 minutos no 1.º ciclo do ensino básico e de 50 minutos nos 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico, podendo assumir outra duração em função da carga horária semanal prevista nas matrizes curriculares e nos desdobramentos em determinadas disciplinas.
- 4.3.** As horas de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letivas (manhã, tarde e noite) são, em cada ano letivo, as que constam do Plano Anual de Atividades.



- 4.4.** No 1.º ciclo, as atividades letivas funcionam no horário normal: das 09:00 às 12:00/13:00 e das 13:00/14:00 às 15:00.
 - 4.4.1.** Quando as atividades letivas são intercaladas com as atividades de enriquecimento curricular, este horário pode ocorrer entre as 13:00 e as 16:00.
- 4.5.** Nos restantes ciclos de ensino, a distribuição da carga horária semanal deve ser organizada, tanto quanto possível, dentro do respetivo turno.
- 4.6.** Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, deverá ser aplicado em todas as turmas, dentro do mesmo ciclo e nível de ensino, sempre que possível, um sistema rotativo anual de turnos manhã e tarde, com as exceções previstas na lei e das turmas (grupo de alunos) dos alunos cujo Relatório Técnico-Pedagógico apresente um perfil de funcionalidade que aponte para a necessidade de desenvolverem atividades letivas durante o período da manhã.
- 4.7.** O limite de tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos não pode ser superior a um bloco de 90 minutos ou a três tempos de 45 minutos, no ensino secundário, e a dois tempos de 50 minutos nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, exceto nos casos em que tal se revele impossível por condicionalismos de espaço.
- 4.8.** A atribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana não deve ocorrer em dias consecutivos.
- 4.9.** A distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira deve ser intercalada com o de outras disciplinas do currículo, ou ocorrer em diferentes dias da semana.
- 4.10.** No ensino secundário, cada turma poderá ter oito segmentos de 45 minutos por dia ou, no máximo, dez segmentos, mas, neste caso, apenas em dois dias da semana.
- 4.11.** Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, cada turma poderá ter sete tempos de 50 minutos por dia ou, no máximo, oito tempos, mas, neste caso, apenas em dois dias da semana.
- 4.12.** A divisão de uma turma em dois grupos implica que seja sempre acautelada a não existência de tempos desocupados nos horários dos alunos.
- 4.13.** As aulas de cada turma, nos diferentes ciclos e níveis de ensino, devem concentrar-se, sempre que possível, numa mesma sala, exceto nas disciplinas que exigem uma sala específica.



- 4.14.** Na elaboração dos horários dos alunos, deve evitarse que a mesma disciplina seja sempre colocada no último bloco do horário.
- 4.15.** Nas disciplinas com componente laboratorial do ensino secundário, deve-se, sempre que possível:
- 4.15.1. evitar que duas turmas do mesmo ano de escolaridade tenham as aulas práticas de laboratório em simultâneo, de modo a permitir a disponibilidade dos equipamentos e o acesso aos materiais/recursos necessários;
- 4.15.2. não marcar as aulas teóricas que integram o horário de cada turma entre as aulas práticas laboratoriais;
- 4.15.3. marcar as aulas práticas dos dois turnos no mesmo dia.
- 4.16.** As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se uma hora depois de findo o período definido para almoço no horário do respetivo grupo/turma.
- 4.17.** Nos cursos profissionais, sempre que possível, devem ser salvaguardadas duas aulas semanais de Educação Física de 45 minutos.
- 4.18.** Na disciplina de Educação Física dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, sempre que as condições meteorológicas não permitirem a realização da aula, os alunos, devidamente acompanhados pelo professor, devem realizar atividades numa sala de aula disponível ou, quando não existir essa possibilidade, na biblioteca escolar, na sala de estudo ou no espaço de refeitório.
- 4.19.** A oferta complementar no 9.º ano, designada como o DisMat, e as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão devem ser atribuídos preferencialmente ao docente titular da(s) disciplina(s)/turma, de forma a permitir um trabalho dirigido às dificuldades dos alunos.
- 4.20.** A distribuição dos apoios a prestar aos alunos deve ter em conta o equilíbrio do seu horário semanal.
- 4.21.** A alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas por ausência de docentes deve revestir-se de caráter absolutamente excepcional e depende de autorização prévia do Diretor. Concedida a autorização, é obrigatória a comunicação por escrito, com a devida antecedência, da alteração do horário da turma aos encarregados de educação e a correspondente concordância.
- 4.22.** Sempre que o professor não tenha lecionado nos cursos profissionais a totalidade ou parte dos segmentos letivos previstos para um determinado dia, será a lecionação do tempo em falta compensada logo que possível, de preferência no



próprio dia em que a falta se registou, ou até ao 5.º dia letivo após o retorno ao serviço.

- 4.23.** As compensações previstas no número anterior respeitarão ainda os limites sobre a distribuição máxima da carga horária dos alunos. A carga horária do curso será distribuída ao longo dos três anos do ciclo de formação, de modo que não exceda, em caso algum, as mil e duzentas horas por ano e as trinta e cinco horas semanais.
- 4.24.** Para os efeitos previstos nos números anteriores, e sem prejuízo do que neles se estabelece, mediante autorização da direção executiva da escola e acordo prévio dos alunos, poderão as aulas ainda não compensadas ser ministradas nos dias imediatamente subsequentes ao da data prevista no calendário escolar para o término de qualquer dos períodos letivos, desde que salvaguardados os direitos de alunos e professores.

5. Medidas de apoio pedagógico e de diversificação curricular

- 5.1.** As medidas de apoio pedagógico são, nos termos do Decreto-Lei 54/2018, de 06 de julho, medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que visam “responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação”.
- 5.2.** As medidas de suporte à aprendizagem previstas no Capítulo II do Decreto-Lei 54/2018, de 06 de julho, devem integrar os instrumentos de planeamento curricular estabelecidos nos artigos 15.º da Portaria 223-A/2018, de 03 de agosto, e 17.º da Portaria 226-A/2018, de 07 de agosto, designadamente, o Plano Curricular de Turma.
- 5.3.** As medidas de apoio educativo, no 1.º ciclo, devem ser aplicadas de forma flexível, tendo por objetivo apoiar o maior número de alunos na criação de métodos de estudo e garantir um acompanhamento eficaz do aluno face às primeiras dificuldades identificadas, devendo visar prioritariamente o apoio nas disciplinas de Português e de Matemática.
- 5.4.** Nos restantes ciclos e níveis de ensino, as medidas de apoio ao estudo devem garantir um acompanhamento eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e devem ser flexíveis e orientadas para a satisfação de necessidades específicas.
- 5.5.** Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, deve ser garantido o acompanhamento de alunos que tenham progredido com classificação final inferior a 3 a Português ou a Matemática no ano escolar anterior.
- 5.6.** A oferta complementar prevista nas matrizes curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos é definida, em cada ano letivo, pelo Conselho Pedagógico, com base numa



proposta fundamentada do Diretor, e deverá visar a melhoria das competências sociais e escolares dos alunos.

- 5.7.** A componente letiva dos docentes deverá incluir, sempre que se justifique, tempos para a coadjuvação em sala de aula, valorizando-se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino.
- 5.8.** Na implementação das medidas de apoio aos alunos dos cursos profissionais que não concluam o módulo/UFCD em avaliação contínua, o respetivo professor titular deve propor atividades de recuperação das competências nas quais o aluno não atingiu os objetivos. Essas atividades devem ser realizadas imediatamente após a conclusão do módulo/UFCD e, no limite, até ao final do ano letivo.
- 5.9.** No percurso escolar dos alunos dos cursos profissionais, apenas deve ser considerado módulo/UFCD em atraso quando o aluno transita de ano com um módulo/UFCD por concluir. Para proceder à recuperação dos módulos/UFCD em atraso, em cada ano letivo, é constituída uma bolsa de professores com o objetivo de apoiar os alunos com módulos/UFCD por concluir.
 - 5.9.1.** No início do ano letivo são aprovados em Conselho Pedagógico os planos de acompanhamento à recuperação de módulos/UFCD em atraso definidos em cada grupo de recrutamento. Os planos de acompanhamento devem incluir a calendarização da execução dos mesmos e serem enviados aos Diretores de Turma e aos Diretores de Curso pelos respetivos professores responsáveis pela sua implementação.
 - 5.9.2.** O processo de acompanhamento e de avaliação dos alunos com módulos em atraso deve ser feito ao longo da realização das atividades de recuperação previstas no respetivo plano.
 - 5.9.3.** A implementação dos planos de acompanhamento é da responsabilidade do respetivo professor acompanhante.
 - 5.9.4.** Após a conclusão de um módulo/UFCD em atraso, o professor acompanhante deverá comunicar imediatamente aos respetivos Diretores de Turma e Diretores de Curso, em modelo próprio, a classificação obtida pelo aluno.
- 5.10.** As medidas previstas nos números anteriores devem ser geridas com o objetivo de melhorar o sucesso escolar dos alunos e aplicadas segundo critérios de eficácia, com recurso à componente não letiva dos docentes e ao crédito horário do Agrupamento.



6. Critérios a considerar na autorização de mudança de turno

- 1.1. Condicionamento comprovado por relatório médico.
- 1.2. Atletas ao abrigo do Estatuto de Alta Competição.
- 1.3. Alunos que comprovadamente estejam empregados.
- 1.4. Data de entrada do requerimento, acompanhado dos documentos devidos, em conformidade com os subpontos anteriores.

O presente documento mereceu o parecer positivo do Conselho Pedagógico reunido extraordinariamente, na sala A4 da Escola Secundária Leal da Câmara, em 20 de julho de 2023.



AELC: o patrono do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro foi constituído em 2012, tendo como escola sede a Escola Secundária Leal da Câmara. Em 2014, por decisão do respetivo Conselho Geral, o Agrupamento escolheu manter como patrono Mestre Leal da Câmara, personalidade brilhante e multifacetada com particular importância na história local, que o Agrupamento tomará como referência comum na construção da sua identidade e como figura inspiradora na sua relação com a comunidade.

Mestre Leal da Câmara nasceu na Índia em 1876 e faleceu na Rinchoa, Rio de Mouro, em 1948. Republicano convicto, foi professor metodólogo de reconhecido mérito e dedicou-se às artes, tendo-se distinguido como caricaturista.

Melhor do que quaisquer outras, as palavras de Élvio Melim de Sousa⁹, ajudam-nos a ‘descobrir’ o Mestre:

«Homem independente e inconformado, tentou, em tudo o que fez, dar um contributo inovador, se bem que sempre regido dentro de padrões deontológicos e éticos inquestionáveis; tendo, afinal, concluir-se á, pautado toda a sua conduta existencial por ideais de humanismo e de cidadania, tornando-se, também aqui, uma referência cívica incontornável no Portugal do seu tempo e, mesmo ainda, em parte, no de hoje.

Leal da Câmara não foi, portanto, apenas um artista famoso que triunfara entre nós e no estrangeiro. Ele foi, principalmente, um ‘exemplo’ para a sua geração. Desalinhado, rebelde e de elevada autonomia mental, marcou a diferença na sua época, como intelectual de penhorado mérito.

Usando magistralmente a sua arte, pondo ao serviço dela o seu génio criador e colocando ambos, por sua vez, ao dispor da sociedade, o Mestre acabou por lutar, durante toda a vida — e isso tem de lhe ser reconhecido —, por um Portugal melhor, mais fraterno, mais solidário, mais próspero, mais culto, mais instruído, mais progressista, mais desenvolvido e mais justo, em suma, mais humano. É nesse Humanismo e na sua peculiar acção cívica, pois, que se deve achar e colocar a ênfase da sua prestação de vida (Pangim, Nova Goa, Índia Portuguesa, 1876 — Rinchôa, Sintra, 1948).

Tanto em Portugal, quando colocou a sua arte ao serviço dos ideais republicanos; como, depois, em Madrid, onde frequentou os mais vanguardistas círculos artísticos e colaborou em revistas de elevado prestígio; ou como, em Paris, onde se exiliou por mais de onze anos, tendo trabalhado para as mais importantes revistas e boletins, cobrindo e fixando plasticamente todos os acontecimentos mundiais que se iam registando; ou já como, muito tempo depois, e de novo no nosso país, onde concebe várias caricaturas para diversos órgãos de comunicação, captando, entretanto, e melhor do que ninguém, os Saloios na sua vivência quotidiana, Leal da Câmara, dizíamos, foi sempre exímio e magistral na execução dos seus desenhos.

Muito mais do que um homem de cultura, ou artista, ou professor, ou metodólogo, ou designer, ou jornalista, ou cartazista, ou ilustrador, ou animador cultural, ou caricaturista, ou devotado impulsionador do bem-estar das gentes da Rinchôa e das Mercês, que tudo foi, Leal da Câmara foi, sobretudo, um cidadão do mundo! Aberto, íntegro, lúcido, tolerante, superior, maior.»

⁹ Antigo Chefe da Divisão de Museus Municipais da C. M. Sintra.



Equipa que elaborou este PE:

Bernarda Pires

Carlos Pinheiro

Cátia Marques

Jesuína Ribeiro

Lucinda Santos

Manuela Guedes